

Comunicação e Saúde desde 1982

Nº 166 - JUL 2016

RADIS



ENSP



FIOCRUZ

NÃO É NÃO

EPISÓDIOS RECENTES DE VIOLÊNCIA EVIDENCIAM
A CULTURA DO ESTUPRO NO PAÍS

Aedes aegypti

No sertão do Ceará, uma solução natural
erradica o transmissor da dengue

#Ocupaescolas

O que o Brasil pode ganhar com o movimento
dos estudantes secundaristas

ENTRE O ALARDE E A NOTÍCIA

*Imprensa ainda tem dificuldades para divulgar
doenças, avaliam especialistas*

Liseane Morosini

No final de 2007 e início de 2008, a notícia de que o Brasil enfrentava uma epidemia de febre amarela provocou uma corrida aos postos de saúde de pessoas que buscavam a vacina anti-amarela. Enquanto as autoridades sanitárias divulgavam um quadro de “normalidade epidemiológica”, a imprensa duvidava das declarações oficiais e tratava o caso como “epidemia fora de controle”. O impacto sobre o serviço de imunização foi imediato: em 40 dias, houve a aplicação de 13 milhões de doses da vacina, contra uma rotina anual que distribuía entre 15 e 16 milhões de doses. “A fabulação midiática pregou o uso irrestrito da vacina, levando a uma explosão da demanda e ao caos no atendimento”, contou a jornalista Cláudia Malinverni, doutora em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP/USP), durante o debate *Epidemias, jornalismo e (in)visibilidades*, que também reuniu, no auditório do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), em junho, os jornalistas Ana Lucia Azevedo, ex-editora de ciência e saúde do jornal *O Globo*, e Vitor Orlando Gagliardo, Chefe de reportagem da TV Brasil/ Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

Cláudia apresentou os resultados de sua pesquisa de mestrado sobre o noticiário da febre amarela na *Folha de S. Paulo*. Para ela, o jornal espetacularizou a notícia e levou à baixa de estoques de vacina, ao caos e à falta de estrutura para atendimento da demanda excessiva em unidades de saúde. “Perdemos o controle”, foi o que a pesquisadora ouviu de profissionais que participavam da vacinação em massa. O pânico, disse, foi fomentado pela soma de equívocos em matérias que não identificaram o ciclo da doença e indicaram o *Aedes Aegypti* como o mosquito transmissor; abusaram do termo “epidemia”, quando ocorria uma epizootia amarela [caracterizada pela manifestação contagiosa da doença em animais e que se propaga com rapidez]; e transformaram a febre amarela silvestre em urbana. “De repente, o leitor que morava na avenida Paulista passou a achar que poderia contrair a doença”, indicou.

FOCO NA ZIKA

A pesquisadora observou que os equívocos não foram cometidos apenas pela *Folha*, mas também pelos demais veículos de comunicação e pelo Ministério da Saúde. “O

modelo de comunicação do sistema, ou a falta dele, era e ainda é muito ruim. Não existe uma política nacional na área. A comunicação continua a ser entendida de forma instrumental, o que gera fragilidade nas estruturas, lógica de balcão de atendimento de demandas e funcionamento de forma reativa”, avaliou.

Durante 25 anos, a jornalista Ana Lúcia Azevedo atuou na cobertura de ciência e saúde de *O Globo* e trouxe para o debate a experiência vivida em um grande jornal. Ao falar sobre a emergência da zika, ela disse que esta foi uma experiência diferente da cobertura diária. “Nem sempre as pautas de saúde ganham destaque. A zika recebeu espaço na redação, especialmente no meio impresso, porque foi percebida como um assunto de alto interesse da sociedade”, disse. Para ela, no início da epidemia, houve certa perplexidade dos jornalistas frente ao alerta dado por cientistas. “Depois da aids, a zika foi a doença que mais preocupou. A gente acreditava que havia uma reação exagerada dos pesquisadores. Eu fui a campo e fiquei assustada com o que vi”, relatou. “Tem sido fascinante acompanhar a epidemia desde seu início. Esta é uma situação diferente: o pesquisador não sabe muito além do que você sabe”, comentou. Para ela, a zika reforçou a qualidade das pautas de temas de saúde, que normalmente pedem uma apuração cuidadosa. “Na área de saúde o cuidado deve ser grande, porque o efeito da notícia também é muito grande”, salientou.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

O jornalista Vitor Orlando Gagliardo valorizou o papel da comunicação pública ao dizer que a EBC não é de um governo, mas do povo brasileiro. “Queremos fazer uma TV pública e somos a sociedade”, declarou. Fazendo uma autocrítica, ele argumentou que a TV Brasil deve diferenciar sua cobertura da de outras emissoras para manter a comunicação pública viva. Para ele, a saúde é um tema de importância e merece destaque, não apenas em época de epidemias. “Podemos pegar um foco de prevenção na matéria, discutir os assuntos, aprofundar e dar uma matéria de serviço”, disse. Ele revelou que uma das saídas da emissora para driblar a falta permanente de estrutura, é a ampliação da participação em estúdio. Contudo, criticou a falta de diversidade de fontes — “são sempre as mesmas” — e declarou ser possível dar notícias positivas sobre o SUS. “A imprensa só busca notícia negativa, faz matérias desequilibradas. Precisamos falar mais de saúde, mas queremos mostrar e divulgar o que é bom também, sem deixar de criticar o que tem problemas”, afirmou. **R**



Tempos de resistência

Seria reconfortante falarmos apenas de promoção da saúde, avanços na qualidade de vida da população brasileira. Ao contrário, o cenário revela a deterioração de condições de vida, economia popular, ordem democrática, valores éticos, saúde e educação. Cresce a violência contra mulheres, homossexuais, indígenas. O governo interino amplia a redução de verbas e o desmonte das estruturas públicas e do aparato legal voltados à garantia dos direitos inscritos na Constituição, processo que já ocorria por iniciativa do governo anterior e do Congresso Nacional, o mais conservador desde a redemocratização.

Há, na sociedade, momentos de engajamento contra ou a favor do impeachment, patrocinado por empresários, mídia e segmentos dos três poderes, e executado nos moldes de um parlamentarismo — em contraposição aos pressupostos do regime presidencialista vigente —, o que reforça a interpretação de golpe. No entanto, o processo mais abrangente de regressão civilizacional no país transcorre à revelia de grande parte da sociedade, que o assiste inerte, desinformada ou cúmplice.

Em um inverno marcado por muito frio e uma tempestade de más notícias, o que aquece o ânimo de quem defende a saúde e a vida são as reações heroicas de movimentos de mulheres, indígenas, estudantes e trabalhadores em defesa dos direitos de todos. Tempos de resistência. Uma comunicação verdadeiramente pública deve ir além dos interesses de mercado e expor ao debate a realidade no mundo do trabalho, no âmbito das políticas públicas, das relações de classe, étnicas, de gênero.

A repórter Elisa Batalha volta à questão do acolhimento às mulheres vítimas de violência sexual pelo sistema de saúde e o aparato policial, jurídico e assistencial. Impulsionada pela barbárie dos estupros

coletivos denunciados e noticiados no mês de maio, uma vigorosa reação das mulheres, notadamente jovens feministas, coloca o dedo na chaga do machismo e das leis — as atuais, que desprotegem as mulheres, e aquelas em tramitação, ainda mais retrógradas. É grave a percepção de que há na sociedade uma cultura do estupro, que implicitamente acoberta a violência contra mulheres e culpabiliza as vítimas.

Para mostrar experiência absoluta-mente criativa e bem-sucedida de prevenção contra o mosquito *Aedes aegypti*, o repórter Luiz Felipe Stevanim foi à cidade de Pedra Branca, no Ceará. Equipes da prefeitura e a população, utilizando uma minúscula piaba de rio que se alimenta de larvas do mosquito, conseguiram a proeza de não ter um único caso de dengue transmitida dentro do município nos últimos dez anos. Zika e chikungunya nem chegaram por lá. O desafio agora é adotar uma estratégia semelhante na vizinha Tauá, cidade que detém o sexto maior índice de infestação do mosquito no estado.

Comemoramos a manutenção dos agentes de saúde nas equipes de Saúde da Família, resultado da mobilização dos trabalhadores. E registramos a revolta dos movimentos sindicais e da saúde coletiva contra a desvinculação de receitas constitucionais e os retrocessos na educação e na saúde, e contra a supressão de direitos nas relações trabalhistas, previdência e assistência social. Por fim, destacamos a bela lição que nos dão jovens estudantes que ocuparam e cuidaram de suas escolas em vários estados, resignificando-as e enchendo-as de vida, em apoio a professores e na luta por uma educação pública de qualidade. Os velhos de Brasília não são eternos... há esperança na política.

Rogério Lannes Rocha

Editor-chefe e coordenador do programa Radis



Peça da exposição "Humor é Trabalho", do cartunista Mayrink, na sede da Asfoc-SN, no Rio de Janeiro

Expressões e Experiências

• Entre o alarde e a notícia 2

Editorial

• Tempos de resistência 3

Cartum

3

Voz do leitor

4

Súmula

5

Toques da Redação

9

#Ocupaescolas

• Qual é a lição? 10

• O movimento não para 13



Promoção à saúde

• Pacto com a vida 15

Capa | Cultura do estupro

• A culpa nunca é da vítima 18

• Entrevista - Lia Zanotta Machado: "O patriarcado não está na cabeça das feministas" 21

Aedes aegypti

• Um peixe contra a dengue 23

• Parte I: Pedra Branca, a cidade que venceu o aedes 23

• Parte II: O desafio de Tauá 27

• Parte III: Pedagogia do exemplo 28

Acampamento Terra Livre

• Nenhum direito a menos 30

Serviço

34

Pós-Tudo

• Em defesa do SUS e da democracia 35

Capa: a ativista Carolina Sapienza fotografada por Eduardo de Oliveira; produção de Carolina Niemeyer

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Dengue



Sou Professora de Virologia dos cursos de Medicina, Biomedicina e Nutrição na Universidade Federal Fluminense e tive a grata surpresa de ler um exemplar da Revista *Radis*, tendo como foco

uma matéria sobre dengue. Utilizei a matéria como tema de debate na minha aula sobre arboviroses e os alunos foram unânimes em elogios à revista. Caso seja possível, gostaria muito de poder receber a assinatura desta revista.

• Claudia Lamarca Vitral, Niterói, RJ

R: *Claudia, obrigado pelos elogios. Seu nome já foi incluído em nosso cadastro de assinantes. Agora é só aguardar um pouco, já que temos uma lista de espera!*

Dor oncológica

Sou estudante do 9º semestre de graduação em Enfermagem do Centro Universitário Estácio, no Ceará, e gosto muito dos temas abordados pela revista. Conteúdo rico em informações que são muito úteis para nossa formação de profissionais da saúde. Gostaria de sugerir um tema para as próximas edições, a oferta de terapias não farmacológicas para o alívio da dor oncológica.

• Renan Galdino do Monte, Itapipoca, CE

R: *Sugestão anotada, Renan! Aguarde as próximas edições. Um abraço.*

Menopausa e Andropausa

Peço gentilmente que a *Radis* aborde, se possível, os temas menopausa e andropausa em suas reportagens.

• Francisca Maria, Natal, RN

R: *Francisca, obrigado pela sugestão. Tratamos da andropausa na edição 145, e da menopausa na edição 106. Em breve aprofundaremos os assuntos em uma reportagem. Aguarde!*

Medicina veterinária

A Revista *Radis* teve grande contribuição na minha formação acadêmica de médica veterinária. Excelentes temas abordados de grande relevância. Gostaria de ver mais pautas enfatizando a participação do médico veterinário no Sistema Único de Saúde. Mais matérias dando visibilidade a essa profissão que tanto contribui para a saúde única (integração entre saúde humana, saúde animal e ambiente) e ainda é tão hostilizada pelo desconhecimento dos seus campos de atuação na saúde pública.

• Tassiana Silva Carvalho, Salvador, BA

R: *Tassiana, Radis já abordou o assunto na edição 90, a partir da sugestão de pauta de um leitor. Você viu? Enquanto não voltamos ao assunto, confira a reportagem em <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/90>. Obrigado pela sugestão!*

Radis agradece

Quero agradecer a toda a equipe responsável pela Revista *Radis*, pois aborda temas importantes e que enriquecem não somente o meu conhecimento, mas de toda a minha família e amigos. Procuro divulgar as valiosas informações que vocês me fornecem. Já faz um bom tempo que assinei a revista e estou muito satisfeito com todas as edições recebidas. Muito obrigado a cada um de vocês que contribuíram para a "confeção" deste lindo trabalho!

• Edmilson Amauri de Andrade, Juiz de Fora, MG

Gostaria imensamente de agradecer a toda a equipe *Radis* por todo o conhecimento e informação transmitidos! Conteúdo de qualidade e confiável!

• Dara Arianne de Oliveira, Juiz de Fora, MG

R: *Edmilson e Dara, muito obrigado pelos elogios!*

Assinatura

Há um tempo realizei meu cadastro para recebimento da Revista *Radis* impressa e ainda não recebi nenhuma edição. Gostaria de ressaltar a importância dessa revista para mim, pois estou cursando o Mestrado em Saúde Coletiva na UFF, onde também trabalho, e o acesso ao material impresso facilita muito as minhas análises.

• Juliana Aguiar Santana, Rio das Ostras, RJ

R: *Juliana, em função da limitação no número de assinaturas, temos uma lista de espera para novos leitores. Seu nome está em nosso cadastro e, em breve, você receberá nossas edições impressas. Enquanto isso, sugerimos consultar nosso site, onde estão disponíveis todas as edições publicadas. Acesse em <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/radis/todasedicoes>*

Fisioterapia

Como estudante da área da saúde, estou muito satisfeita com o rico material que a revista *Radis* tem oferecido. Principalmente edição 163, que elucida sobre o vírus mayaro. Gostaria de sugerir uma matéria falando da fisioterapia no tratamento de bebês com microcefalia e/ou adultos com a síndrome de Guillain-Barré. Parabéns pelo brilhante trabalho informativo!

• Raimiria Novais, Teresina, PI

R: *Sugestão anotada, Raimiria! Obrigado pela sugestão!*

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta ou e-mail) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz Paulo Gadelha
Diretor da Ensp Hernano Castro

Editor-chefe e coordenador do Radis
Rogério Lannes Rocha
Subcoordenadora Justa Helena Franco

Edição Adriano De Lavor
Reportagem Bruno Dominguez (subedição),
Elisa Batalha, Liseane Morosini, Luiz Felipe Stevanim e Ana Cláudia Peres
Arte Carolina Niemeyer e Felipe Plauska

Documentação Jorge Ricardo Pereira, Sandra Benigno e Eduardo de Oliveira (Fotografia)

Administração Fábio Lucas e Natalia Calzavara
Apoio TI Ensp Fabio Souto (mala direta)

Estágio Supervisionado Caroline Beck (Arte) e
Juliana da Silva Machado (Administração)

Assinatura grátis (sujeita a ampliação de cadastro)

Periodicidade mensal | Tiragem 94.500
exemplares | Impressão Rotaplan

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118
E-mail radis@ensp.fiocruz.br
Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Manguinhos,
Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
www.fiocruz.br/ouvidoria



www.ensp.fiocruz.br/radis



[/RadisComunicacaoeSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoeSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.





SÚMULA

Em Nova Iorque, ativistas promoveram uma vigília em memória às vítimas da chacina em Orlando

FOTO: NYC PRIDE

Homofobia também mata no Brasil

No mesmo fim de semana em que um ataque a uma casa noturna frequentada por homossexuais em Orlando, nos Estados Unidos, chocou o mundo, uma pequena cidade do sertão da Bahia se mobilizou, de forma inédita, em repúdio ao assassinato de dois professores gays. Conforme noticiou o site do jornal *Folha de S. Paulo* (17/6), Eivaldo Silva de Oliveira e Jeovan Bandeira deixaram a escola estadual em que trabalhavam em Santaluz, a cerca de 260 quilômetros de Salvador, por volta das 10 da noite do dia 10 de junho. Menos de uma hora depois, dois corpos foram localizados no porta-malas no carro de Eivaldo, às margens da rodovia BA-120. O veículo e os corpos estavam carbonizados.

Eivaldo, que era conhecido como Nino, foi identificado pela arcada dentária. O corpo do professor foi enterrado no dia 14, após um cortejo de duas horas que reuniu centenas de moradores. O outro corpo ainda passaria por exames de DNA para identificação, mas familiares acreditavam ser de Jeovan, que está desaparecido. O delegado João Farias, que apura o caso, disse à BBC Brasil (15/6) que a homofobia é uma das possíveis motivações do crime. A casa de Eivaldo foi encontrada revirada após o crime, mas objetos de valor, como computador, não foram levados. "Eles eram muito amigos e muito queridos na cidade. Também

não teriam inimigos. Já ouvimos várias pessoas e por enquanto não descartamos nenhuma hipótese", disse o delegado ao site.

Para o Grupo Gay da Bahia (GGB), que realiza levantamento nacional cons-

A CADA 27 HORAS UM HOMOSSEXUAL MORRE VÍTIMA DE CRIME DE ÓDIO

tante de assassinatos de homossexuais, trata-se de mais um caso motivado por homofobia. "A cidade inteira acredita nessa motivação", declarou à BBC Brasil Marcelo Cerqueira, presidente do GGB. De janeiro a junho deste ano, segundo a ONG, foram 16 casos de assassinatos de pessoas LGBT na Bahia e 123 no Brasil. No ano passado, o GGB registrou 319 mortes no país por homofobia — ou um crime de ódio a cada 27 horas. Desse total, 33 (10,3%) foram na Bahia, que ficou atrás apenas de São Paulo, com 55 (17%).

Em termos relativos, Mato Grosso do Sul registrou o maior índice de casos, com 6,49 homicídios por 1 milhão de pessoas, seguido pelo Amazonas, com 6,45.

Na semana seguinte, outro caso de violência foi registrado, desta vez no campus da Universidade de Brasília (UnB).

Um grupo de manifestantes, vestindo roupas pretas e portando bombas agrediu estudantes no Instituto Central de Ciências (ICC) na noite de 17 de junho, conforme noticiou o *Correio Braziliense* (18/6). Segundo a matéria, os manifestantes defendiam a volta da ditadura militar e agrediram estudantes verbalmente e fisicamente, como mostram imagens divulgadas em redes sociais. Em um dos vídeos, uma das agressoras grita para um aluno da universidade: "Eu sou empresária, pago imposto caríssimo pra manter esse parasita. Gay, safado, parasita", grita uma mulher a um aluno.

O *Correio* noticiou que dois estudantes registraram ocorrência na 2ª Delegacia de Polícia, que investiga o fato.

O atentado em Orlando foi considerado o pior massacre a tiros já registrado na história dos Estados Unidos. Cerca de 200 pessoas dançavam na Pulse, uma das principais boates frequentadas pelo público LGBTTT de Orlando no dia 12 de junho, quando foram ouvidas rajadas de fuzil AR-15 e de uma pistola. Foram mortas 50 pessoas — incluindo o atirador — e mais outras 53 foram feridas. O assassino foi identificado como Omar Mateen, de 29 anos, americano filho de afegãos. Ele havia afirmado ter repulsa a gays. Logo após agir, ligou para a polícia e disse que seu crime seria motivado por apoio à facção terrorista Estado Islâmico. Depois que já tinha matado ou ferido metade dos presentes, foi morto por policiais.



Mobilização garante agentes nas equipes de saúde

A mobilização dos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate a endemias (ACE) resultou na suspensão das portarias que acabavam com a obrigatoriedade de que a equipe de saúde da família (ESF) contasse com um agente comunitário. Com o argumento de ampliar a composição das equipes de Atenção Básica, as portarias 958 e 959 do Ministério da Saúde, publicadas em 10 de maio, permitiam a substituição do ACS por um técnico de enfermagem nas equipes multidisciplinares. Em protesto, os agentes de saúde foram às ruas, em diversas capitais e em Brasília. Cerca de três mil agentes comunitários protestaram em frente à Câmara dos Deputados, como noticiou a Agência Brasil (09/06), o que levou à suspensão das portarias no dia 10.

Em nota de repúdio à medida (20/05), a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/Fiocruz) e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) consideraram a mudança um retrocesso, pois reforçava a precarização do trabalho e prejudicava o modelo de atenção e a democratização do SUS. De acordo com o documento, as atuações do ACS e do técnico de enfermagem não são excludentes nem concorrentes, mas distintas e complementares. Ainda segundo o texto, as atividades do ACS têm como objetivo a promoção da saúde a partir da participação popular e, justamente por não ter uma base histórica de formação profissional biomédica, centra-se no saber popular. Com isso, "é potente para a ampliação do entendimento de saúde enquanto algo que não é restrito ao setor saúde, que é direito social e que é resultante de determinações sociais".

A reação dos agentes de saúde contra a medida mostrou o papel estratégico desses profissionais no SUS. De acordo com a ENSP e a EPSJV, a atuação dos agentes fundamenta-se na medicina popular, no território, nas práticas de promoção da saúde e prevenção das doenças, reforçando os princípios da integralidade, da participação social, a partir dos vínculos estabelecidos entre trabalhadores da saúde e usuários do SUS. Há dois anos, os ACS e ACE passaram a contar com um piso salarial nacional, com a aprovação da lei 12.994/2014. Atualmente, o valor contratual mínimo é de R\$ 1.014,00 mensais.



Ninguém deixado para trás

Pela primeira vez em 70 anos de história das Nações Unidas, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, convoca uma Cúpula Mundial Humanitária. O encontro reuniu líderes mundiais de áreas diversas em Istambul, na Turquia, entre 23 e 24 de maio, que assinaram a "Agenda pela Humanidade". A ideia é que as lideranças se comprometam com cinco responsabilidades cruciais: prevenir e por fim a conflitos; respeitar regras de guerra; não deixar ninguém para trás; trabalhar de diferentes formas para eliminar carências; e investir na humanidade. Alguns números justificam a preocupação da ONU:

MAIS DE
125 MILHÕES

de mulheres, homens e criança em todo o mundo necessitam de assistência humanitária

MAIS DE
60 MILHÕES

de pessoas — metade delas crianças — foram forçados a deixar seus lares; maior número, desde a Segunda Guerra Mundial

ENTRE 2008 E 2014
184 MILHÕES

de pessoas deixaram suas casas por conta de desastres

20%
da população mundial vivem em situação de vulnerabilidade

Para saber mais:
worldhumanitariansummit.org e
<http://bit.ly/CMH2016>

Cesárea eletiva, só com 39 semanas

A resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que determina que as cesarianas eletivas — aquelas agendadas mesmo sem indicação médica — só poderão ocorrer a partir da 39ª semana de gestação gerou reações entre profissionais ligados aos movimentos em prol da humanização do parto. Segundo as novas regras, publicadas no Diário Oficial da União no dia 22/06, grávidas que já estão com cirurgias agendadas para antes de completar as 39 semanas terão que remarcar o procedimento. A justificativa do CFM é de que é nesta semana que se inicia a gestação a termo, ou seja, não prematura, portanto o “adiamento” inibiria a chance de parto muito precoce.

Para os críticos da medida, a determinação legítima as cesáreas eletivas. “Nem toda resolução que parece promover a autonomia da mulher de fato promove, e essa é um exemplo disso. Parece mais uma medida protetiva dos próprios médicos do que um direito de escolha”, escreveu a pesquisadora Ligia Moreiras Sena, em seu site Cientista que Virou Mãe (20/06). Assim como ela, outros defensores do parto humanizado consideram que o objetivo da resolução é proteger médicos de eventuais processos, e não melhorar a vida de mães e bebês.

“Minha leitura é de que estão fazendo uma adequação das práticas para médico não ser penalizado por resultar bebê prematuro



FOTO: DIVULGAÇÃO/FACEBOOK

— agora que definiram as 39 semanas para bebê maduro. A lei veda textualmente cesariana que resulte em bebê prematuro, com base nisso médico tem que pagar perdas e danos. Puro marketing positivando a categoria, nenhuma invenção da pólvora”, escreveu Valéria Sousa, advogada da organização Artemis, consultada pelo site.

A discussão sobre regras para cesáreas já foi alvo de polêmica em 2015, quando o Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) lançaram medidas para conter a alta taxa desse tipo de parto na rede privada, que ultrapassa os 80% de nascimentos no país.

A imprensa pouco problematizou a decisão do CFM. O jornal Folha de

S.Paulo (20/06) noticiou a publicação das novas regras, destacando que as medidas só se aplicam às cesáreas agendadas. Também salientou que, em casos de complicações e trabalho de parto prematuro, a gestante e o médico devem avaliar qual é o procedimento mais adequado e que a cesárea eletiva deverá ser precedida da assinatura de um termo de consentimento em que a gestante afirma ter sido informada sobre as opções de parto e os benefícios e riscos da cirurgia. O jornal publicou ainda que a resolução prevê advertência e até suspensão do registro profissional dos médicos que descumprirem as medidas.



FOTO: CEE/FIOCRUZ

“O grande avanço que tivemos foi a criação da ordem social, que abrange áreas como mídia, indígenas, seguridade social saúde, previdência, assistência e meio ambiente. É aí que este governo interino pretende reformar o Estado, se esforçando para aprovar medidas de retrocesso nessas áreas. A batalha agora é em defesa dos direitos e da ordem social.”

Sonia Fleury, professora, no debate “Retrocesso”, promovido pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (2/6). Confira o debate na íntegra em <https://youtu.be/tLdbesFXlg>

Mais DRU, menos Seguridade

A retirada de recursos das contribuições sociais, prática permitida pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), pode ser prorrogada até 2023. A Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos de votação, a proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite que o governo utilize livremente a sua arrecadação, como noticiou a Agência Brasil (8/6). O projeto ainda aumenta de 20% para 30% o percentual dos recursos que podem ser remanejados, incluindo o dinheiro arrecadado com contribuições sociais, que deveriam ser empregadas exclusivamente na área de Seguridade Social (*Radis* 150).

Como se trata de uma alteração na Constituição, o projeto deve agora ser votado também em dois turnos no Senado. Mas como informou o G1 (7/6), o governo do presidente interino Michel Temer tem prioridade em aprovar a medida para evitar o engessamento de suas despesas. Como *Radis* já mostrou na edição 150, a DRU foi criada em 1994 para retirar até 20% das receitas das contribuições sociais (exceto as previdenciárias). Desde então, tem sido prorrogada por todos os governos. Em 2011, o Congresso aprovou a extensão até o fim de 2015, mas a presidenta Dilma enviou ao Legislativo em fevereiro do ano passado uma PEC que

estende a DRU até 2023. A nova proposta, apresentada pelo deputado federal André Figueiredo (PDT-CE), sobe para 30% o volume de recursos que podem ser “desvinculados”.

Em artigo publicado em janeiro desse ano, o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), Vilson Romero, apontou que quase R\$ 200 bilhões deixaram de ser aplicados em Saúde, Previdência e Assistência Social nos últimos três anos, quando o percentual da DRU era de 20%. “Fica o alerta aos parlamentares para que não prospere mais este saque que atenta contra a cidadania”, finaliza o texto.



REPRODUÇÃO INTERNET

BEBIDAS AÇUCARADAS: MARKETING TENTA EVITAR REGULAÇÃO

A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) reagiu com duras críticas ao anúncio de que as empresas Ambev, Coca-Cola Brasil e Pepsico haviam se comprometido em suspender, a partir de agosto, a venda de bebidas não alcoólicas açucaradas nas cantinas de escolas com alunos de até 12 anos ou com maioria de crianças de até essa idade (22/6). Quando divulgaram a decisão, as empresas alegaram que a obesidade é uma questão complexa e se colocaram como “parte da solução” do problema.

No comunicado que encaminharam à imprensa, as empresas se comprometem ainda com a promoção de “ações de sensibilização” nas escolas que abastecem suas cantinas diretamente nos supermercados e nas redes de atacado e ressaltam que o ajuste do portfólio de bebidas foi realizado com o intuito de auxiliar pais ou responsáveis a facilitar “escolhas mais adequadas para crianças” e “estimular a hidratação e a nutrição, contribuindo para uma alimentação mais equilibrada.

Para a Abrasco, a iniciativa na verdade é parte de uma ação estruturada de marketing social desenvolvida para mascarar mecanismos legais de proteção à saúde. A entidade chama atenção para o fato de as empresas terem omitido “o conjunto de esforços e ações públicas que visam a regular o mercado de bebidas açucaradas, um horizonte cada vez mais claro para a sociedade brasileira e sobre o qual elas fazem e farão qualquer coisa para evitar”. Em matéria publicada na página que mantém na internet (24/6), a Abrasco mostra que poucos dias antes do anúncio das empresas (13/6) a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados havia aprovado o projeto de lei 1.755/07, que proíbe a venda de refrigerantes nas escolas de educação básica (do primeiro ao nono ano), em instituições públicas ou privadas.

Até o fechamento desta edição, o projeto seria examinado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e, se aprovado, seguiria para o Plenário da Câmara. A Abrasco também citou

posicionamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), que considera a iniciativa “um passo necessário, mas que pode ser insuficiente para reduzir o consumo de bebidas açucaradas entre as crianças”. O texto do Idec resalta que as empresas poderão continuar vendendo “água mineral, suco com 100% de fruta, água de coco e bebidas lácteas que atendam a critérios nutricionais específicos”, sem deixar claro qual é o tipo de suco que poderá ser vendido, por exemplo. “Um suco ‘100% de fruta’ não é a mesma coisa que suco integral. É uma bebida reconstituída e costuma conter aditivos, como aromatizante, vitamina e fibras adicionadas”, explicou Ana Paula Bortoletto, nutricionista e pesquisadora do Idec, ao site da associação.

Interesses escusos por trás dessa ação “bondosa” das empresas também são vistos por Fabio Gomes, presidente da Associação Mundial em Nutrição e Saúde Pública (World Public Health Nutrition Association), pesquisador do Instituto Nacional do Câncer (Inca) e integrante da Rede de Assessores Técnico-Científicos para Políticas e Prevenção da Federação Mundial de Obesidade. Para ele, as empresas vem prometendo muitas coisas, sem cumprirem nem mesmo sua auto-regulação.

Em contraponto, Isabella Henriques, diretora do Instituto Alana, ONG que combate publicidade abusiva dirigida para crianças, vê pontos positivos na iniciativa. À *Radis*, ela declarou que considera a decisão um passo importante sob o ponto de vista simbólico e político. “Defendemos que a escola seja um ambiente livre de qualquer tipo de assédio mercadológico e de publicidade”, disse. Para ela, com essa medida, as empresas reconhecem que as crianças com menos de 12 anos são influenciáveis e não possuem maturidade para tomar decisões no campo do consumo. Além disso, a iniciativa pode fortalecer e agilizar os pedidos de regulação para que tramitem com maior rapidez. “Creio que é um elemento forte de conscientização e sensibilização do Poder Legislativo”, opinou.

Corte de verbas ameaça supercomputador

O mais rápido computador da América Latina e um dos maiores projetos de pesquisa científica do Brasil, o Santos Dumont, corre o risco de ser desligado por falta de verbas. A supermáquina, instalada no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis (RJ), que custou R\$ 60 milhões, funciona atualmente com capacidade mínima e pode ser desligada porque não há recursos para bancar as despesas de manutenção, como contas de luz, noticiou *O Globo* (23/6). O desligamento acontece apenas seis meses depois que o supercomputador entrou em funcionamento no laboratório, ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Capaz de dar conta simultaneamente de até 75 projetos em diversas áreas, a máquina atualmente só trabalha com dois programas, relacionados à estrutura de proteínas e à meteorologia. Entre as pesquisas interrompidas, está o sequenciamento genético do vírus zika para saber as características da doença, como apontou o site *Nexo* (23/6). Em artigo na página, o jornalista especializado em ciência, André Cabette, comenta por que é tão difícil bancar um supercomputador no Brasil. “Trata-se do descompasso entre dinheiro para investir em equipamentos e a verba de custeio, que banca gastos cotidianos como conta de luz e funcionários”, reflete. Segundo o texto, o problema de verbas não é exclusivo do Santos Dumont e atinge toda a pesquisa brasileira.


Ainda segundo o *Nexo*, essa já era uma realidade anunciada pelo diretor do laboratório, Pedro Leite, em junho de 2015, frente a cortes do governo na área de ciência e tecnologia. Na época, o diretor afirmou que os tempos eram de “vacas anoréxicas indo para o brejo”. Ao *Globo*, o ministério disse que solicitou um repasse de 4,6 milhões de reais ao laboratório, que está em análise no ministério do Planejamento. O gasto mensal com energia do supercomputador é de R\$ 500 mil. 



FOTO: MÁRIO CESAR/ASFOC-SN

Trabalhadores e estudantes da Fiocruz, movimentos sociais e representantes sindicais protestam, no Rio, contra o desmonte do SUS, os ataques aos direitos dos trabalhadores, os projetos de lei que ameaçam os serviços e o servidores públicos brasileiros e "pelos riscos à democracia representados pelo governo ilegítimo de Michel Temer", divulgou o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Fiocruz (Asfoc-SN).

Golpe nos direitos humanos

Ex-secretário da Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Moraes, ministro da Justiça no governo interino de Michel Temer, emitiu uma portaria (10/6) que determina a paralisação do funcionamento de todas as áreas relacionadas a Direitos Humanos no país por três meses. Na prática, a decisão só não atinge as áreas policiais, mas afeta o funcionamento das secretarias de Direitos Humanos, das Mulheres e da Igualdade Racial, como alertou o site Ponte.org, especializado em direitos humanos, justiça e segurança pública (17/6). "É um ato ditatorial. Além de o atual governo ter rebaixado o status da Secretaria de Direitos Humanos, agora o governo federal está praticamente paralisando ações relacionadas à defesa e proteção dos direitos humanos, incluindo crianças e adolescentes, indígenas, refugiados, sistema penitenciário, programas de proteção de vítimas e testemunhas, enfrentamento à homofobia, direitos dos idosos e de pessoas com deficiência, entre outras áreas e programas relevantes vinculados ao Ministério da Justiça", disse ao site Ariel de Castro Alves, integrante do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe) e Coordenador Estadual do Movimento Nacional de Direitos Humanos, ambos em São Paulo.



FOTO: OTÁVIO MARTINS/MÍDIA NINJA

No Rio de Janeiro, trabalhadores e usuários do SUS ocuparam a sede do Ministério da Saúde, em defesa da Saúde Pública no contexto do governo interino de Michel Temer. Depois de 19 dias, a sede foi desocupada (27/6), após o movimento ter recebido uma liminar pedindo a reintegração de posse do local. A multa prevista caso o prédio não fosse desocupado era de R\$100 mil por dia. Saiba mais em: <http://goo.gl/5Z6zFD>

TOQUES

Um tom abaixo

A decisão do Supremo Tribunal Federal em tornar o deputado federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ) em réu no processo por injúria e apologia ao estupro, fez com que o parlamentar diminuísse a agressividade comum a suas declarações públicas, e apelasse "humildemente" ao tribunal e à sociedade para que não o condenassem. Nas redes sociais, a vice-procuradora da República Ela Wiecko declarou que, ao dizer que não estupraria a deputada Maria do Rosário porque ela não 'merece', "o denunciado instigou, com suas palavras, que um homem pode estuprar uma mulher que escolha e que ele entenda ser merecedora do estupro". O deputado tentou se explicar fazendo analogia com o futebol, dizendo que a agressão teria sido uma reação "a uma entrada desleal". "No nosso meio é comum", tentou justificar.

Memórias no topo

A revista científica Memórias do Instituto Oswaldo Cruz foi a publicação mais citada da América Latina de 2015, segundo a empresa Thomson Reuters, responsável por relatório que reúne indicadores de relevância das publicações científicas no mundo. Desde 2005, o periódico do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) se mantém no topo da lista, e também está entre as 20 revistas mais citadas na área de parasitologia.

Curta Visa

Estão abertas até 30 de agosto as inscrições para o concurso de vídeos de cinco minutos em vigilância sanitária, o Curta Visa. A competição, aberta para estudantes maiores de 18 anos, pretende estimular a produção audiovisual sobre vigilância sanitária e dar visibilidade às ações do SUS. Os melhores vídeos serão exibidos no 7º Simbravisa, que acontecerá entre 26 e 30 de novembro, em Salvador. Mais informações na página do INCQS: www.incqs.fiocruz.br/curtavisa/

Planos mais caros

Cerca de 8,3 milhões de usuários de planos de saúde individuais e familiares serão afetados por um reajuste de até 13,57% autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O aumento, publicado no Diário Oficial da União (8/6), corresponde ao período de maio de 2016 a abril de 2017. Em caso de dúvida, os consumidores podem entrar em contato com a agência por meio do Disque ANS (0800 701 9656) ou pelo site www.ans.gov.br

#OCUPAESCOLAS

HOJE
AULA
NA R

QUAL É A LIÇÃO?

O que o movimento de ocupação das escolas por secundaristas pode ensinar sobre a defesa da educação de qualidade e sobre política no Brasil



Ana Cláudia Peres

“**H**oje a aula é na rua”, avisa o cartaz, esse instrumento de comunicação eloquente até em tempos de internet. Mas a aula também pode ser no pátio da escola, na quadra, na cozinha, no breu de um jantar à luz de velas porque a energia do prédio foi cortada ou no plenário de uma assembleia legislativa. Para os estudantes secundaristas que continuam ocupando escolas nas diferentes regiões do país, a sala de aula nunca mais será a mesma. Vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, eles passaram a habitar o local que antes apenas frequentavam. Em meio a uma pauta extensa, inúmeras atividades, alguns embates com a polícia e muitas conquistas, o movimento assume contornos singulares. Em jogo, está a disputa por uma educação pública de qualidade mas também o exercício de outras formas de fazer política.

A estratégia dos secundaristas ganha ainda mais evidência por acontecer no momento em que tramita na Câmara Federal o controverso projeto de lei 867/2015, de autoria do deputado federal Izalci Lucas (PSDB/DF), que propõe a inclusão do “Programa Escola sem Partido”, entre as diretrizes e bases da educação nacional. Na esteira desse e com teor semelhante, também foram apresentados projetos em oito estados e no Distrito Federal cujo propósito, segundo seus autores, é evitar a “doutrinação política e ideológica” em sala de aula. Em Alagoas, por exemplo, recentemente (27/4) os deputados aprovaram

uma lei que pune o professor que opinar em sala de aula. O movimento dos secundaristas caminha em direção contrária.

No final de maio, na semana em que o ministro interino da Educação, Mendonça Filho, recebeu em audiência no seu gabinete grupos de defesa desses projetos — encabeçados pelo ator Alexandre Frota e pelo ex-pastor Marcello Reis —, *Radis* esteve em uma escola ocupada em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e também conversou com estudantes de outras ocupações para tentar descobrir o que o país pode aprender com os “secundas” — como vêm sendo chamados os meninos e meninas que ocupam as escolas em São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Espírito Santo e Goiás.

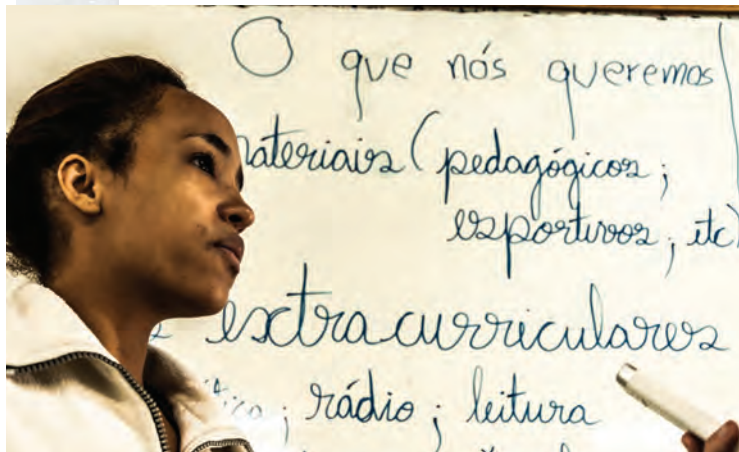
C.E. IRINEU MARINHO. OCUPADO!

A rua estreita leva ao Colégio Estadual Irineu Marinho, ao pé de uma ladeira em Duque de Caxias. No muro, a tinta fresca não deixa dúvidas: “#Ocupa Irineu”. Quem abre o portão da escola para a equipe de *Radis* é Cláudia Valquíria dos Santos, mãe da Vitória, uma das secundaristas que há mais de um mês tomam café, almoçam, dormem, fazem a faxina, plantam árvores, cuidam da escola no Rio de Janeiro. Naquela manhã chuvosa, os estudantes estão dormindo em colchonetes onde antes era uma sala de aula. Na véspera, ficaram acordados até tarde participando de um debate sobre gênero e feminismo.

Um a um eles vão levantando para mais um dia de atividades. São poucos agora, meia dúzia, mas já foram 50 pelos

FOTO: THAIS CARLOS

corredores da escola. A decisão de ocupar aconteceu no voto, em assembleia, dia 6 de abril. "Nossa escola era cheia de problema. Quando chovia, não dava pra ficar na sala por causa das goteiras. Quando fazia calor, também não porque ninguém aguenta sem ventilador. O bebedouro tá quebrado, então não tem água. Falta luz. Acabaram com o grêmio", conta Carla Goulart, de 19



Carla, na ocupação do Irineu: solidariedade à greve dos professores

anos, que estuda no Irineu Marinho desde o 5º ano do ensino fundamental — agora, ela cursa o 3º do ensino médio. "Por último, nossos professores entraram em greve porque o salário é pouco. Então, a gente resolveu tomar uma atitude. Era hora de reagir, de mostrar que estamos com os professores e que vamos lutar por aquilo que é direito nosso. Estou aqui desde o primeiro dia. Vim à escola para um dia de aula normal e não sei mais".

Matheus Silva também. Ele lembra que os estudantes se organizaram em comissões, da segurança à alimentação; da limpeza à comunicação. "A primeira tarefa foi um mutirão da faxina", diz. Numa sala entulhada de lixo e material de construção abandonado onde se destacava uma privada, havia também livros. Muitos. "Sociologia para ensino médio", "A literatura no Brasil", "Química na história do cotidiano", todos empoeirados. Agora, depois de limpos, serão catalogados pelos próprios estudantes. Nem mesmo as três ratazanas que saltaram da pilha da bagunça assustaram os meninos durante o processo de limpeza. "A gente decidiu ocupar para cuidar da escola e foi isso que fizemos", reforça Matheus, 18 anos que está no 2º do ensino médio — "Mas não fui reprovado nenhuma vez", apressa-se em explicar. "O problema é que comecei a estudar tarde". Hoje, precisa trabalhar para pagar contas, dividindo-se entre a escola e os bicos que faz numa barbearia. "É provisório. O que eu quero mesmo é seguir carreira militar", avisa.

"A gente acordava às 7 da manhã, tomava café e tinha o dia todo preenchido com atividades", completa Thalyson Silvestre que se surpreendeu ao descobrir a quantidade de equipamentos sem uso na sala de música — o aberê, o violão, os atabaques — e também ao desvendar o mistério dos uniformes do time de futebol da escola trancafiados em outra sala. A rádio-escola parou de funcionar, a biblioteca também não era acessada pelos alunos e o laboratório de informática foi utilizado duas ou três vezes, eles contam. Durante a ocupação, os secundaristas tiveram oficinas de teatro, leitura, redação, além dos aulões do "Especial Enem", onde os professores ministravam aulas com conteúdo programático voltado para o Exame Nacional do Ensino Médio.

"Dizer uma coisa pra senhora, sinceramente, eu acho que tinha tudo pra ir pelo caminho errado. Não queria estudar nem saber de nada. Era muito revoltado e só arrumava confusão", desabafa Thalyson. "Eu não tinha nem respeito pelo meu pai.

Mas ele veio na ocupação e me viu produzindo. Saiu daqui felizão, me apoiou e tem orgulho de mim". O secundarista, que pretende "trabalhar com direitos humanos para ser advogado", diz que aprendeu a ter respeito pelas pessoas ao conviver com tanta gente diferente durante a ocupação da escola. "Antes, eu vinha pra escola, o professor colocava a disciplina dele no quadro e pronto. Mas eu aprendi que ir à escola é muito mais que assistir aula", resume.

ESCOLA, DOCE LAR

Quando recebeu a equipe de *Radis* na porta da escola, dona Cláudia fez as honras da casa. Ela contou que aqueles eram os últimos dias da ocupação — de fato, alguns dias depois, em 22 de maio, os alunos desocuparam o Irineu Marinho — e que as conquistas, ainda que não fossem todas, estavam começando a acontecer. Quando soube que sua filha Vitória estava à frente da ocupação, ela entrou em choque. "Briguei muito e quis fazer ela mudar de ideia. Estava preocupada com aquele bando de adolescentes todos juntos. Mas no final foi ela quem me convenceu de que a luta pelos direitos deles valia a pena", conta. "Os meninos foram muito discriminados, mas depois fizeram reuniões e alguns pais começaram a entender". A presença do Ministério Público, que participou de três encontros com os estudantes na sede do Irineu Marinho, ajudou.

Uma verdadeira guerra dona Cláudia viveu foi dentro de casa. Sua outra filha, Bruna, que cursa o terceiro ano e está prestes a fazer o Enem, não só era contra a ocupação como, no Irineu Marinho, encabeçou o movimento Desocupa Já — dos estudantes contrários que tentam esvaziar as ocupações. Mas aquela altura, dona Cláudia já estava tão de acordo com os motivos que levaram os meninos a ocupar a escola que resolveu entrar na conversa: "Se você não quer ajudar, não atrapalhe o projeto da sua irmã", lembra de ter dito à filha mais velha. O resultado é que, se Bruna não chegou a ocupar o Irineu, pelo



Matheus e Thalyson: investimentos no grêmio escolar

menos juntou-se à Vitória e aos outros no mutirão da limpeza. Juntos, eles redescobriram a escola.

Comerciante, dona Cláudia deixou a padaria nas mãos de outra pessoa e colaborou na ocupação como pode. Na última semana, foi todos os dias ajudar os meninos a preparar o almoço. Naquele dia, enquanto conversava com *Radis*, fazia dois panelões de carne moída, feijão branco, arroz e ovo que iriam alimentar os estudantes mas também os trabalhadores que faziam os reparos na escola — conquista do movimento. Foi ela quem levou para mostrar as salas que estavam em reforma. Algumas delas já pintadas, outras ganhando cerâmica, ventiladores de teto instalados. Dona Cláudia ainda desconfia de que aquela

“maquiagem”, como ela chama, não vai ser o bastante.

Os garotos do Irineu sabem que a estrada é longa. Na página do Ocupa Irineu, no Facebook, eles registraram, logo após a desocupação: “Conseguimos eleição direta pra diretores, o fim do Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ), a troca da caixa, a reforma do espaço verde (que agora sim é um espaço verde), conseguimos também que os banheiros fossem reformados, o telhado, conseguimos muitas coisas. Mas isso não é tudo, nossa escola ainda tem muitos problemas. Somos juventude que sonha, somos juventude que luta, e podemos afirmar que a luta não acabou por aqui, a ocupação é apenas uma forma de mostrar nossa indignação com a escola, com o estado que não para com o sucateamento”.

Também como vitória, os estudantes do Irineu Marinho

contabilizam a recuperação do estatuto do grêmio, que havia sido extraviado, e agora fazem muitos planos de ação política a partir desse instrumento. Matheus, Thalyson e Carla já têm uma ideia do que propor como primeira ação da chapa que pretendem montar para disputar o grêmio: mudar o nome da escola. “Irineu Marinho é das Organizações Globo. Um nome relacionado à ditadura e isso a gente não apoia”, assume Matheus. “A gente quer homenagear no nome da escola a professora Maria Helena, que fez muito pela escola quando aqui ainda não havia nem muro”. Thalyson completa: “A gente tava aqui pensando como é que vai ser daqui pra frente quando reencontrar os outros alunos. Como vai ser olhar pras pessoas todas? Como elas vão reagir? Eu acho que elas vão pensar que a gente batalhou aqui um mês e não foi só por nós, mas por todos”. A lição é maior do que a escola.

O movimento não para



FOTOS: CAROLINA NIEMEYER

— “Estamos tentando exercer o nosso pensamento crítico”, disse o estudante.

— “Pensamento crítico é para ser exercido na aula de história”, disse o diretor.

O diálogo acima, ocorrido entre os estudantes ocupados no Colégio Estadual Chico Anysio, no Rio de Janeiro, e a direção da escola, foi relatado pelo estudante Igor Meireles, durante o debate “Se a escola fosse nossa?”, que reuniu os secundaristas no dia 12 de maio, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Igor discorda da opinião da direção: “A escola deveria estimular o pensamento em qualquer espaço. É por isso que, apesar da pressão psicológica e do desconforto que é ficar dormindo em colchonetes e comendo mal, nós permanecemos ocupados. Nosso movimento é legítimo e com ele eu aprendi demais”.

A onda de ocupação das escolas começou em São Paulo, no ano passado, quando estudantes da rede pública estadual se posicionaram contra a proposta de reorganização escolar anunciada pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB). Duzentos e dezenove foi o total de escolas ocupadas no período. A estudante Rafaela Boani, de 16 anos, que esteve à frente do movimento na Escola Estadual Diadema, a primeira ocupada em São Paulo, contou que, no início, não sabiam que o movimento teria tanta repercussão. “A gente não sabia de muita coisa. Marcávamos uma ação pelo telefone, WhatsApp e redes sociais e ficávamos na torcida para que aparecesse muitos estudantes”, lembra. “Mas de uma coisa a gente tinha certeza: queríamos uma escola diferente daquela que estava sendo proposta e fomos à luta”. Foi o que disse, em março, a

POR QUE OCUPAR?

“Muita gente poderia falar que eu não deveria estar preocupada com a ocupação mas com o Enem, já que sou estudante do 3º ano. Só que eu penso que, com a ocupação, vou deixar muita coisa pro pessoal do segundo ano, pro pessoal do primeiro, pra toda a escola. É importante ser crítico, reivindicar nossos direitos, não se deixar levar apenas pela mídia. Muitas das nossas reivindicações já estão sendo atendidas. Isso é uma vitória e dá um orgulho imenso. Eu estava na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, quando foi aprovada a lei que estabelece critérios para a eleição direta de diretores de escola. E é inexplicável a sensação de olhar pra trás e dizer: “Caramba, eu ocupei! Nós conseguimos!”

Vitória Baldissera, 3º ano do Ensino Médio, Colégio Estadual Souza Aguiar, Centro, Rio de Janeiro

uma plateia que lotou o Cine Odeon, no Rio de Janeiro, para discutir o direito à cidade.

No início deste ano, a luta dos estudantes paulistas se transformou numa batalha em favor da merenda escolar. As pautas comportam variações de estado para estado. Em Goiás, os secundaristas se manifestam contra a entrada de organizações privadas na rede pública de ensino. No Ceará, as reivindicações incluem o retorno de programas de apoio pedagógico que sofreram cortes recentes. Mas de um modo geral, o movimento propõe uma gestão democrática, uma outra educação com conteúdos mais significativos, escolas com



número de alunos adequado por turma e estrutura capaz de garantir o processo de ensino aprendizagem no mundo atual. Esses estudantes dizem que, enquanto a escola de qualidade for um privilégio, ocupar é um direito.

No Rio de Janeiro, as ocupações tiveram início em 21 de março, quando estudantes do Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, na Ilha do Governador, resolveram ocupar as dependências do colégio em apoio à greve dos professores e em defesa de uma escola mais participativa, com uma pedagogia mais aberta e melhor infraestrutura. No auge do movimento, o número de ocupações chegou a 68. Depois de dois meses, pouco a pouco, os estudantes começam a desocupar as escolas — voluntariamente, em muitos casos, por considerar que obtiveram conquistas importantes, como a garantia de eleição direta para diretores. Em outras situações, enfrentaram a ação da polícia militar que realizou a reintegração de posse de algumas escolas sem mandato judicial. O Batalhão de Choque da PM também desocupou à força o prédio da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc), onde um grupo de estudantes permanecia acampado. No último mês, o #ocupa escolas rivalizou ainda com os estudantes do Desocupa, que buscavam convencer os secundaristas a esvaziar as escolas.

MOVIMENTO SOLIDÁRIO

Para o professor de geografia da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/ Fiocruz), Leonardo Bueno, que trabalha com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e esteve na ocupação do Colégio Estadual Professor Clóvis Monteiro, em Manguinhos, no Rio, o movimento guarda um caráter solidário ao abarcar pautas que, se efetivadas, vão beneficiar não só os estudantes mas boa parte dos trabalhadores das escolas: merendeiras, professores, vigilantes. “Há ainda uma solidariedade entre os próprios estudantes. Muitos deles estão concluindo o terceiro ano e vão deixar essas conquistas para outras gerações”, pontua. “Além disso, os secundaristas circulam entre as escolas e criam uma identidade entre as pautas, coisa que o movimento estudantil, até bem pouco tempo, tinha dificuldade em fazer”.

Leonardo passou uma tarde entre os secundaristas, no pátio do Clóvis Monteiro, para um aulão que teve como tema a violência nas grandes cidades. Situada na Zona Norte do Rio, a escola fica bem próximo de um batalhão da Polícia Civil do Estado. Não foi tão estranho que, nos primeiros cinco minutos de aula, os estudantes ouvissem rajadas de tiro. “Se fazer ocupação de escola já é difícil, imagine em territórios considerados violentos. Esses estudantes resistiram de uma forma muito organizada e com pautas muito justas”, ele diz, acrescentando que os interesses dos secundaristas não se resumem às reivindicações para a escola. “Eles estão muito ligados ao contexto político e econômico e às preocupações coletivas”.


POR QUE OCUPAR?

“Ser estudante na rede pública de ensino é muito mais do que estudar. É fazer parte de uma luta em defesa da educação. E ocupar a escola é um ato de resistência. O que espero que aconteça agora, após a desocupação voluntária dos estudantes, é que permaneça a politização e a união que nos levou até aqui. E, claro, que a gente esteja sempre atento para continuar lutando, quando algo interferir nos nossos direitos. A ocupação foi o SOS dos estudantes. Acho que ninguém começou 2016 pensando: ‘Eu quero ocupar a minha escola’. Foi a última saída que encontramos. O legado que nós queremos deixar é político. É a mobilização constante para correr atrás de nossos direitos”.

Jefferson Tomás, 2º ano do Ensino Médio, Colégio Estadual Herbert de Souza, Rio Comprido, Rio de Janeiro

PERSPECTIVAS E DESAFIOS

O coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, considera o movimento dos secundaristas um dos mais notáveis no cenário atual. “Pela primeira vez, os estudantes estão discutindo e pautando a agenda pública a partir da visão deles próprios sobre qualidade da educação”, diz. Para ele, se antes esse tema estava sempre na voz de educadores profissionais, da academia e de movimentos da sociedade civil, agora são os estudantes, não necessariamente vinculados às entidades do movimento estudantil tradicional, que reivindicam a qualidade do ensino. Daniel ressalta a maturidade do movimento. “A visão deles não se resume a dizer que a educação não melhora porque o governo não quer que o povo estude. Eles dizem: ‘a educação não melhora porque o governo não arca com o custo da educação tal como nós merecemos’. Isso é muito promissor”, destaca.

O desafio agora, de acordo com Daniel, é não abrir mão da legitimidade alcançada diante da enorme repercussão política e midiática. “A estratégia não pode ser apenas a ocupação. É importante buscar uma articulação entre os estados onde elas estão acontecendo e estabelecer uma rede de coletivos de secundaristas”, disse. No início de junho, um grupo de estudantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Espírito Santo estiveram no Congresso Nacional, em Brasília, a fim de chamar a atenção do governo federal para as reivindicações do movimento. “Não tem nada mais legítimo do que o aluno reclamar que a escola dele não é boa. Os governos não podem ir contra isso”, conclui. 



PACTO COM A VIDA

*Conferência mundial ampliou o debate sobre
as políticas públicas e os
conflitos com os interesses privados*

Ana Cláudia Peres

A sala grande ficou pequena. Muita gente interessada em ouvir, mesmo que fosse preciso disputar espaço porta a fora, o que tinham a dizer os palestrantes da mesa de título provocativo: “O setor privado está interessado em promoção da saúde? Por quê? Para quê? Com quem?” Foi um dos mais concorridos debates entre as centenas de plenárias, oficinas, simpósios, painéis e sessões de exposição oral que movimentaram Curitiba entre os dias 22 e 26 de maio durante a 22ª Conferência Mundial de Promoção e Educação na Saúde. “Não estão interessados”, respondeu Carlos Botazzo, professor do Departamento de Prática de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), logo nos cinco minutos iniciais de sua fala. “Não é do interesse do sistema capitalista produzir ou distribuir bem estar. O trabalhador não é finalidade do capital. É meio”.

A fala de Botazzo provocou reações extremadas na plateia. Houve quem se retirasse da sala exigindo “menos política e mais ciência”. Mas a grande maioria que permaneceu no local pode acompanhar um debate instigante. O moço que se apresentou como um “viajante interplanetário que foi trazido para a conferência por um terráqueo” — referindo-se à quantidade de temas relevantes sobre os quais ele pouco se interessava até então — quis saber se seria preciso “uma revolução” para garantir

às políticas de cuidado e promoção necessárias a uma sociedade saudável. Ouviu de Botazzo, como resposta, que promoção depende de mobilização e organização política.

“Precisamos pensar os sistemas de proteção social em sua dimensão coletiva. Temos que voltar a falar daquilo que é comum às pessoas”, disse o pesquisador, fazendo coro a uma questão central que, de uma forma ou de outra, atravessou todos os momentos da conferência desde a solenidade de abertura, com a palestra do renomado pesquisador inglês David Stuckler, da Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres. Considerado um dos 100 melhores pensadores de todo o mundo, o conferencista afirmou que “apenas um sistema justo e equitativo e acompanhado de políticas inteligentes fortalece as redes de segurança pública e assegura o bem-estar das populações”.

MARATONA DE DEBATES

Essa foi a primeira vez que o Brasil sediou o evento mundial — que aconteceu pela primeira vez em Paris, em 1951. Durante cinco dias, Curitiba recebeu mais de 2 mil pessoas de 70 países. O tema principal da conferência, “Promovendo Saúde e Equidade”, foi esmiuçado por pesquisadores e estudantes, representantes da sociedade civil organizada e do setor privado, gestores e profissionais



da saúde. Entre as discussões, além dos conflitos entre interesses públicos e privados na área, estavam ainda os desafios de implementar políticas públicas de saúde, a nova visão sobre as doenças crônicas e epidemias e o desenvolvimento de um plano de ação de políticas de promoção da saúde nas Américas.

Quem passasse pelo local do evento podia escolher um dos temas da maratona intensiva. De um debate relativo ao impacto das mudanças urbanas sobre a saúde da população até uma mesa sobre políticas e ações intersetoriais. De uma plenária para discutir a prevenção e controle da obesidade até uma conversa com os prefeitos de Curitiba e de Xangai que trocavam ideias sobre as particularidades das políticas públicas adotadas no Brasil e na China. Numa mesma tarde, era possível assistir em uma sala a uma apresentação sobre as experiências de promoção da saúde para mulheres no Paraguai, na Colômbia e no México, enquanto na sala ao lado a atenção se voltava para o babalorixá Baba Diba de Iemanjá, que compartilhava informações sobre as práticas de promoção de saúde nos espaços de terreiro. E se a conferência abriu caminho para discussões sobre inclusão social e respeito à diversidade, não foi surpresa a visita que a equipe de futebol em cadeira de rodas motorizadas fez ao local do evento arrancando aplausos durante uma breve apresentação.

“PUXÃO DE ORELHAS”

Destaque no terceiro dia da conferência, o debate sobre os 10 anos da Política Nacional de Promoção à Saúde reuniu a coordenadora da Vigilância de Agravos e Doenças Não-Transmissíveis do SUS (CGDANT – SUS), Deborah Malta, e a pesquisadora em saúde pública, Dais Rocha, da Universidade de Brasília (UnB), para comentar os legados desse processo e as perspectivas diante do atual cenário político e econômico brasileiro. Ao traçar uma retrospectiva da última década que culminou com a revisão da política de promoção à saúde desde 2011, Débora lembrou que o país está vivendo uma crise institucional e defendeu

uma mobilização permanente para garantir que a política de promoção à saúde continue de forma prioritária na agenda do SUS.

Para Dais Rocha, o Brasil começou a pensar a promoção à saúde de forma atrasada em relação aos países vizinhos. Durante sua apresentação, Dais lembrou que, quando o documento que instituiu a Lei ainda estava sendo gestado no Brasil, em 2006, no Chile já havia algo similar com pelo menos 10 anos de existência. Segundo a pesquisadora, é necessário agora ressaltar a equidade como o primeiro princípio da política de promoção da saúde — “além de tê-la como elemento-chave para o enfrentamento e o empoderamento das vozes emergentes”, disse. “Definitivamente, precisamos tratar as políticas de saúde como dimensão de vida e não como um aspecto apenas sociológico”.

Durante o debate com a plateia qualificada que ocupava o auditório principal, uma representante da Associação de Pescadores da Bahia, aproveitou para dar um “puxão de orelhas” na conferência. Ela cobrava uma postura ainda menos conservadora por parte dos debatedores. Dizia que gostaria de sair de sua “zona de conforto”. Mediador do debate, o coordenador científico da conferência e representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Marco Akerman, acatou a queixa acrescentando que, mais do que celebrar os 10 anos da Política Nacional de Promoção da Saúde, é necessário pensar as leis como “letras vivas” que permanecem em constante movimento. “Política é texto, contexto e disputa”, afirmou, para depois concluir: “É impossível pensar a trajetória da política de promoção à saúde sem o SUS. Saúde sem SUS é barbárie”.

FUNCIONAL OU EMANCIPATÓRIA?

Parecia uma prévia do que viria a seguir. No dia seguinte, a plenária “Desenvolvimento humano sustentável e saudável” teve a participação do equatoriano Jaime Breilh, conhecido por seu trabalho pioneiro na área de crítica social de epidemiologia, metodologia de pesquisa, história da ciência e epistemologia. Para um auditório lotado,





o pesquisador afirmou que esse não é o momento para discursos tecnocráticos mas para consolidar um novo paradigma que leve em conta os aspectos críticos da saúde. Breilh fez críticas ao atual estágio do capitalismo — que ele chamou de “selvagem” —, ao uso irracional dos recursos da natureza e ao predomínio do “analfabetismo científico” que, segundo ele, diz respeito a uma ciência marcada pela cobiça econômica, por produções burocráticas e ainda por uma certa cegueira ideológica.


“Nós queremos uma promoção da saúde de fórmula funcional ou emancipatória?”, indagou para em seguida oferecer algumas respostas. “Medidas de caráter meramente técnico inviabilizam a base social da saúde”, refletiu. “É necessário abandonar pensamentos reducionistas e a velha fórmula da saúde pública tecnocrática. O potencial tecnológico tem que ser usado em favor da vida”. Para Breilh, a promoção da saúde tem de estar presente em todos os espaços produtivos da vida. “Mudanças ocorrem quando os povos se organizam”, finalizou, dizendo ainda que esperava que a “Declaração de Curitiba” — documento final do evento — não fosse apenas “cosmética”, mas que trouxesse metas concretas para promover a saúde em um “sistema social envelhecido”.

DECLARAÇÃO DE CURITIBA

Lançada previamente no último dia da conferência, a Declaração de Curitiba permaneceu no site da União Internacional para a Promoção e Educação para a Saúde (UIPES), entidade promotora do evento, ao longo do mês de junho, agregando contribuições dos participantes. O documento articula recomendações que apontam para uma agenda comum em defesa dos direitos humanos e da promoção da saúde e da equidade. À *Radis*, Marcos Akerman disse que na Declaração deveriam constar itens referentes ao atual cenário brasileiro, mas também assuntos de interesse global, como a questão ambiental e de gênero ou ainda o problema dos refugiados ou dos territórios onde imperam as disputas de conflito armado. “De uma maneira muito forte, o que vai predominar no documento é o respeito à diversidade”, ressaltou.

Para a Conselheira Nacional de Saúde, Alessandra Ribeiro de Souza, a Conferência acontece num momento estratégico para reafirmar a importância das políticas sociais no Brasil. “Se a gente pensa em promoção da saúde, precisa da integração entre as várias políticas”, disse em entrevista à *Radis*. Professora da Universidade Federal de Ouro Preto e moradora de Mariana — cidade mineira que vive um drama de saúde pública desde o rompimento das barragens da mineradora Samarco, em dezembro do ano passado —, Alessandra acredita que é urgente demarcar a importância da promoção da saúde e da responsabilização do Estado para com essas políticas. “Espero que a Declaração de Curitiba reafirme essa necessidade e traga uma unidade dos vários países aqui representados em torno das práticas de promoção da saúde”, concluiu. A versão final do documento pode ser acessada aqui: <http://goo.gl/p2k1JF>

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

“Saúde não é mercadoria”. Ao longo da conferência, não foram poucas as manifestações com faixas e cartazes improvisados que traziam essa expressão — um jargão conhecido dos que batalham em defesa do SUS. As novas medidas anunciadas pelo governo do presidente interino Michel Temer repercutiram entre os participantes e geraram críticas de todos os lados. O conferencista de abertura David Stuckler lembrou os efeitos negativos das medidas adotadas por governantes que decidiram ceifar os recursos públicos do orçamento da saúde como forma de reduzir a crise econômica. Em sua fala, Stuckler fez questão de afirmar que recessões podem causar dor, mas austeridade pode matar. “Austeridade não é medicamento para curar crises econômicas”, enfatizou. Para Marcos Akerman, esse é um momento de crise, mas ao mesmo tempo para fortalecer espaços coletivos, assumir o debate sobre as diferentes visões que estão em jogo e reafirmar o mundo que queremos. “É hora de assumir de maneira radical um compromisso ético e político com a vida e não com o mercado”, finalizou. 



A
CULPA
NUNCA
É DA
VÍTIMA

**ATÉ 500 MIL PESSOAS SÃO
VIOLENTADAS NO PAÍS A
CADA ANO. SAÚDE DEVE
ESTAR PREPARADA PARA
ENFRENTAR O PROBLEMA**

O caso da adolescente de 16 anos, vítima de estupro coletivo no Rio de Janeiro, em maio deste ano, ganhou grande repercussão na mídia e nas redes sociais, e o processo ainda figura nas páginas policiais. A vítima foi levada para uma casa abandonada, e, quando recobrou a consciência, contou 33 homens dentro do quarto. Integrantes do grupo postaram um vídeo do crime em redes sociais. A polícia civil do Rio de Janeiro descobriu, ao apreender o telefone celular de um dos suspeitos, outro vídeo que revelou que os estupros aconteceram em dois momentos diferentes no dia do crime. Ao prestar queixa na delegacia, a vítima foi questionada pelo delegado — posteriormente afastado — se ela “costumava fazer sexo em grupo”.

O Estado do Piauí também vem contabilizando uma série de estupros coletivos. Somente no mês de junho de 2016 foram registrados três casos. Um episódio emblemático, acontecido na cidade de Castelo do Piauí, região norte do estado, em maio de 2015, chocou pela crueldade. Quatro adolescentes, com idades entre 14 e 17 anos, foram atacadas quando estavam subindo o Morro do Garrote, ponto turístico da cidade, para tirar fotos. Segundo a polícia, elas foram dominadas, estupradas, arrastadas e jogadas de cima de um penhasco da altura de um prédio de três andares. Caídas, ainda foram apedrejadas. Uma delas morreu.

No caso do crime ocorrido no Rio de Janeiro, o vídeo divulgado nas redes sociais viralizou (foi visto por milhares de pessoas). Após a denúncia, a mídia comercial insistiu em traçar um perfil da jovem, explorando com detalhes seus hábitos, seu local de moradia, sua relação com a família, sua vida sexual. Ao mesmo tempo, cidadãos indignados e movimentos de mulheres protestaram contra a exposição e culpabilização da vítima. “O debate suscitado deixa evidente como o tema é urgente, como é preciso falar sobre o que move homens a se apropriarem do corpo de mulheres com tamanha brutalidade e, infelizmente, com tanta frequência”, afirmou a antropóloga Débora Diniz, em entrevista concedida à *Radis*.

“O lugar das redes sociais foi duplo nesse caso. Foi ao mesmo tempo onde a segunda cena de violência aconteceu, com a divulgação das imagens, mas também foi o espaço de resistência em que uma multidão de vozes miúdas pode se insurgir contra o crime de horror. Entre essas vozes há presença importante de mulheres jovens, de meninas, que possivelmente têm encontrado nas redes uma ferramenta inédita para falarem e serem ouvidas. É importante estarmos atentas a esses movimentos”, declarou Débora, que é professora da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora da Anis — Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

50 MIL CASOS

Apesar de as notícias terem gerado grande comoção, o crime de estupro não é um evento raro no país. A cada ano são registrados pela polícia cerca de 50 mil casos. A estimativa, conforme aponta pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é de que haja grande subnotificação, e o número total de casos pode chegar a 500 mil a cada ano no país. O baixo número de registros se deve ao tabu que cerca o tema, explica Daniel Cerqueira, um dos autores da Nota Técnica “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” (ver Saiba Mais). “Nos Estados Unidos, onde existem mais dados, apenas 19,1% dos casos de estupro são notificados”, comentou. O economista observou que o caso do Rio de Janeiro é apenas um entre os que ilustram as trágicas estatísticas: 15% dos estupros registrados foram coletivos; 70% acometeram crianças e jovens; em 32,2% dos casos os algozes eram amigos ou conhecidos da vítima. “A violência de gênero atravessa todos os estratos sociais”, constata Daniel, referindo-se a dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), no ano de 2011.

Segundo ele, são poucos os dados sobre o tema no país, e

é necessário entender as diversas formas de violência de gênero para melhor compreender o fenômeno da violência como um todo. “Sabemos que a análise é condicional ao fato de a vítima de estupro ter procurado os estabelecimentos públicos de saúde. Nos registros do Sinan, verificamos que 89% das vítimas são do sexo feminino, possuem em geral baixa escolaridade; mas crianças e adolescentes representam mais de 70% dos casos registrados”, detalhou.

A pesquisa mostrou também que, em 50% dos incidentes envolvendo menores de idade, há um histórico de estupros anteriores. Na análise, os dados são considerados “alarmantes”. “Sabe-se que o estupro, além das mazelas de curto prazo, gera consequências de longo prazo, como diversos transtornos, incluindo depressão, fobias, ansiedade, abuso de drogas ilícitas, tentativas de suicídio e síndrome de estresse pós-traumático. Tal fato, ocorrendo exatamente na fase da formação individual e da autoestima, pode ter efeitos devastadores sobre a sociabilidade e sobre a vida dessas pessoas”, escreveram os autores do trabalho.

O Senado aprovou no dia 31 de maio um projeto de lei que prevê pena mais rigorosa para os crimes de estupro praticados por duas ou mais pessoas. A proposta tipifica o crime de estupro coletivo que, atualmente, não é previsto no Código Penal brasileiro. O texto ainda precisará ser analisado pela Câmara dos Deputados. Atualmente, o crime de estupro praticado por uma pessoa tem pena prevista de 6 a 10 anos de prisão. Nos casos de estupro de vulnerável (quando o crime é praticado contra uma criança de até 14 anos), a pena prevista é de até 15 anos de reclusão. Pela proposta aprovada, caso o crime seja cometido por mais de uma pessoa, a pena será aumentada de um a dois terços, o que poderia totalizar até 25 anos de prisão, nos casos de estupro de vulnerável.

IDEOLOGIA PATRIARCAL

A professora da UnB Lia Zanotta Machado não vê vantagens no aumento das penas: “É preciso que haja punição, sim, mas quanto maior a pena para o crime, mais os juízes e promotores tendem a aderir à ideia de que não foi um estupro”, ponderou a pesquisadora. A dificuldade que até mesmo alguns operadores do direito têm de compreender essa orientação decorre, de acordo com todos os entrevistados nessa reportagem, de raízes mais profundas na sociedade. “Na verdade, a ideia do consentimento é que você pode desistir ou negar uma relação sexual a qualquer hora”, afirma a pesquisadora. A violência de gênero — da qual o estupro é a ponta do iceberg — é um reflexo direto da ideologia patriarcal. “Mais mortificador não é apenas pensar na prevalência deste tipo de crime, mas também nas relações embutidas nesse fenômeno”, afirmou Daniel Cerqueira.

Por isso, muito além da questão criminal e jurídica, é preciso discutir a estrutura social que legitima a cultura do estupro (ver entrevista página 21). É ela que leva os próprios estupradores a não se intimidarem em divulgar um vídeo nas redes sociais, e que faz com que as vítimas se envergonhem e tenham medo de denunciar. A pouca frequência de denúncias se deve, de acordo com Lia, à culpabilização das vítimas e ao medo de serem retaliadas até pelos próprios estupradores. “Elas denunciam e ficam desprotegidas em relação a quem elas denunciam. Você tem um déficit enorme na proteção da mulher quando ela denuncia. Não bastam apenas medidas protetivas, tem que ter fiscalização dessas medidas”.

O direito ao atendimento psicológico e de saúde a mulheres vítimas de estupro é fundamental, defendem os pesquisadores. Hoje, a possibilidade da interrupção da gravidez — se a mulher violentada assim decidir — é garantido por lei. Cerca de 7% dos casos de estupro resultam em gravidez. Pela legislação brasileira, a vítima tem direito a abortar, mas 67% das mulheres que engravidaram em decorrência de estupro não tiveram acesso ao serviço de aborto legal na rede pública de saúde (ver *Radis* 162). Para Débora Diniz, entre o que é posto na legislação sobre o atendimento às vítimas de estupro e a efetiva assistência que as vítimas recebem existe

“distância tremenda”. “A política de saúde estabelecida para esses casos orienta que os serviços devem se mover a partir da palavra da mulher: se ela anuncia ter sido vítima de violência sexual, deve ter acesso garantido ao aborto. Mas isso não é o que acontece no Brasil. As mulheres são submetidas a um intenso regime de suspeição, que não as reconhece como vítimas daquilo que anunciam, e em último caso lhes nega direitos”, afirma Débora.

A orientação oficial é que as mulheres vítimas de violência, qualquer que seja o tipo, procurem unidades do SUS, onde serão atendidas conforme sua condição. De acordo com o Programa *Mulher, viver sem violência*, em caso de violência sexual, a vítima deve receber atendimento psicológico, contracepção de emergência para evitar uma gravidez indesejada e profilaxia para DSTs, HIV, Hepatite B, entre outras medidas. Lançado em 2013, o programa integra serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para trabalho, emprego e renda, e é coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres — hoje incorporada ao Ministério da Justiça e da Cidadania. Um dos eixos do programa inclui a implementação da Casa da Mulher Brasileira, uma unidade especial de atendimento intersetorial, e a ampliação da Central de Atendimento à Mulher — Disque 180, que passou a ser um disque-denúncia com acionamento imediato das polícias militares de todo o país. O Disque 180 realizou 4,1 milhões de atendimentos entre 2005 e 2014.

É necessário um cuidado muito especial por parte dos profissionais de saúde no atendimento a vítimas de violência sexual, para evitar que o próprio atendimento se torne traumático — uma revitimização — e também para que possam ser feitos os registros e procedimentos para evitar a impunidade dos agressores. “As mulheres ficam tão enlouquecidas, elas chegam em casa, tomam banho, porque com a ideia de que elas têm que se ‘purificar’ do ato, às vezes até perdem as provas biológicas de estupro”, conta Lia, que trata deste assunto no artigo “Sexo, estupro e purificação”.

O Ministério da Saúde publicou, em outubro de 2015, a portaria nº 1.662, com os critérios de habilitação de serviços da rede pública para darem suporte às vítimas desse tipo de violência e ajudarem a combater a impunidade. A ação permite que o hospital realize exame físico, descrição de lesões, registro de informações e

coleta de vestígios que serão encaminhados, quando requisitados, às autoridades policiais. A medida reduz a exposição da pessoa que sofreu a violência, evitando que as vítimas sejam submetidas a procedimentos repetidas vezes para fins médicos e jurídicos, e visa combater a impunidade. De acordo com a portaria, os hospitais da rede pública, classificados como serviços de Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual deverão estar habilitados a atender 24 horas por dia, sete dias por semana, em locais específicos e reservados para acolhimento, registro de informações, coleta e guarda provisória de vestígios.

Em outras frentes além da Saúde, são apontadas ações para contrapor a cultura do estupro, e evitar que as estatísticas se mantenham altas e notícias sobre estupros continuem sendo tão frequentes. “No campo cultural também tem que se pensar um pouco mais, por exemplo, se você exhibe uma sessão de estupro [na ficção], é necessário refletir sobre o que é uma denúncia e o que é uma apologia. Na publicidade, as mulheres são continuamente mostradas como objeto de posse”, afirmou Lia, que também considera fundamental que seja feita uma discussão sobre desigualdade de gênero nas escolas, uma vez que, na sociedade, “a masculinidade é associada à violência” (ver entrevista). Débora Diniz corrobora essa visão: “Nosso Congresso Nacional decidiu que em escolas não se pode falar sobre gênero, que igualdade entre os sexos não é tema para cidadania, mas o que o debate após o crime de horror mostra é o contrário: precisamos falar sobre isso, já”.

SAIBA MAIS

- “Estupros no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” - Nota Técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014): <http://goo.gl/xqlf3if>
- “Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade”, artigo de Lia Zanotta Machado (Machado, 1998): <http://goo.gl/vIB15rK>
- “Sexo, estupro e purificação” (Machado, 2000): <http://goo.gl/KFmFHJ>
- “A verdade do estupro nos serviços de aborto legal no Brasil” - artigo de Débora Diniz (Diniz et al, 2014): <http://goo.gl/G9WVPBo>
- Atendimento a vítimas de violência sexual: <http://goo.gl/alyVvJ> / <http://goo.gl/a9c33U> / <http://goo.gl/bKgSx7>
- Radis 92 (Lei Maria da Penha; Atendimento às vítimas): <http://goo.gl/Wxv24>
- Radis 152 (Violência contra a mulher): <http://goo.gl/z16Bae>



Em São Paulo, mulheres de todas as idades participaram de protesto contra a cultura do estupro no país



FOTO: VALTER ZICA / DAB-DF

ENTREVISTA

Lia Zanotta Machado

“O patriarcado não está na cabeça das feministas”

A noção vigente de masculinidade é associada à violência, e por isso é importante combater pela raiz a chamada cultura do estupro — é o que defende Lia Zanotta Machado. No final dos anos 90, a professora titular de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB), especialista em violência e direitos das mulheres, participou de um estudo que até hoje é referência: integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulher (NEPeM/UnB), ela e outras pesquisadoras entrevistaram encarcerados por sentença de estupro, com o objetivo de entender o imaginário deles a respeito do crime. A pesquisa concluiu que o estupro somente era considerado crime pelos que o cometeram quando violava as relações de família e de posse dos homens sobre as “suas” mulheres — esposas, filhas, irmãs —, aquelas que eles consideravam “honestas”. Todas as outras mulheres eram vistas como disponíveis. “Ao se defenderem, quando acusados, esses homens afirmaram que as mulheres provocam, seduzem e consentem, ou estão em lugares e horas onde ‘mulheres de família’ não deveriam estar”, explicou. Na entrevista que concedeu à *Radis*, Lia analisa as origens da cultura do estupro — a desigualdade entre homens e mulheres — e joga luz sobre esse crime que se apresenta em diferentes formatos na nossa sociedade.

O que é a cultura do estupro?

A chamada cultura do estupro vem de uma história de longa duração, presente nos códigos penais e civis, que estabeleciam concretamente a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. No período colonial, basicamente o chefe de família tinha o poder de posse sobre as mulheres e os filhos, como se fossem escravos ou servos. Isso marcou o masculino. Já não está mais na nossa Constituição, desde 1988, que fala de igualdade de gênero, mas a legitimidade da ideia de posse e da desigualdade persistem. No Brasil Colônia, estupro era só contra uma mulher virgem. Isso ainda está na nossa memória. Estupro seria contra mulher virgem, “honesta”, fiel, casada. Assim, existe a ideia de que, contra todas as outras mulheres, elas é que teriam provocado. A legislação muda, mas até há pouco tempo o estupro era um crime contra os

costumes, não contra a dignidade da pessoa. Ainda vigora a ideia de que, quando as mulheres dizem não, elas na verdade estão dizendo sim. Porque “caberia” a elas dizer não, mas na verdade elas “querem”. Então você nega a palavra da mulher, você não dá valor ao corpo da mulher, à pessoa... Tudo é objeto de posse do homem.

A origem da cultura de estupro é o patriarcado?

O patriarcado é um fato, e existiu legalmente. Não é só uma memória das pessoas, da cultura do homem machista. O que eu insisto é que a cultura do estupro está sediada na memória dos nossos códigos penais e civis. O patriarcado não está na cabeça das feministas. Ele foi inscrito e legitimado, legalizado nos códigos civis e penais da história do Brasil durante a Colônia, o Império e a República. A igualdade de gênero só aparece em 1988 com a Constituição. A desigualdade diminui ao longo do tempo, mas se mantém na república, no Código Civil, dando direitos desiguais à mulher.

O discurso dos estupradores sentenciados reflete essa cultura?

Eu lembro que na nossa pesquisa, um homem que cometeu estupro dizia: “ah, ela estava na rua, à noite, esperando o ônibus, eu parei, e pensei uma mulher que está na rua a essa hora aqui eu posso pegar”. E “pegou”. E depois passou um carro, com o irmão dela, que viu e foi salvar a mulher. Aí ele disse para mim o seguinte: “Nunca pensei que essa mulher tivesse um irmão”. Se ele soubesse que essa mulher de alguma forma era “de alguém”, ele não teria estuprado. Os homens que estupram essas mulheres, que eles consideram “disponíveis”, vão para casa dormir e no dia seguinte trabalhar. Eles nem acham que isso é crime.

E quanto ao estupro coletivo?

Há vários casos de estupros feitos por quatro, cinco homens... Esse estupro indica que se quer mostrar para outros homens o quanto se é viril. Existe uma espetacularização. Não é feito só para ter a posse. Na criminalidade organizada, os jovens têm que se mostrar corajosos, têm que estar prontos para

matar ou morrer, portanto eles põem o revólver para cima para mostrar... “ninguém olha no meu olho, e eu posso ter todas as mulheres”. Há grupos de traficantes que estupram as mulheres do grupo rival para mostrar poder, por exemplo. É um pouco o que acontece no estupro em guerras, como na Bósnia, e também entre gangues. Apareceram casos também na minha pesquisa de pessoas que contrataram terceiros para estuprar a mulher do inimigo. O estupro virou cada vez mais uma demonstração da macheza e da virilidade aos olhos dos outros homens. Neste caso de estupro coletivo [da jovem no Rio de Janeiro], a maneira como ele foi exposto nas redes sociais pelos próprios executores, sem acreditar que alguém poderia se sensibilizar e ser contrário ao ato, mostra isso.

Quais as repercussões desse tipo de comportamento para a saúde e a segurança das mulheres?

Muitas mulheres têm dificuldade de contar a sua história de estupro. Outras falam muito para tentar “exorcizar” o que aconteceu. Elas entram em depressão. É um sofrimento absolutamente incrível. Qualquer pessoa que já foi assaltada sabe que a gente sente uma impotência. Imagine o que é a impotência diante de alguém que penetra o seu corpo, segura e controla fisicamente, e que destitui a sua condição de pessoa? O que você fala não importa, o que seu corpo quer não importa. É um trabalho enorme de recuperação. A atenção que essas mulheres vítimas necessitam é total, porque você pode contrair aids, DSTs, pode ter laceração genital e do períneo, infecção, engravidar... É uma das coisas mais terríveis em termos de trauma psíquico.

Qual a sua avaliação do discurso dos estupradores?

Não são monstros nem doentes... Eu lembro de um [estuprador entrevistado na pesquisa] que dizia que tinha visões... Mas ele tinha consciência do que fazia. Ele tentava colocar essa questão do desejo dele. O estupro não é uma questão apenas sexual, é questão de humilhação, de humilhar o outro, de mostrar que é poderoso. E ele é um ato, não é toda a vida deste homem. Existem *serials* [estupradores em série] que se organizam para estuprar, mas a maioria deles não se organiza para tal, eles estupram e ao mesmo tempo têm uma vida cotidiana, seja ela de criminoso ou de trabalhador, e têm pessoas por quem eles têm afeto.

E em relação ao estupro feito por pessoa conhecida da mulher?

Também existe a cultura do estupro familiar. Que diz o seguinte: as ‘minhas’ mulheres não podem ser estupradas por ninguém, mas como eu sou tio de uma menina, padrinho, amigo da mãe, e como eu ajudo essa família, eu ‘tenho’ direito a ter relação com essa menina, com essa mulher, com essa cunhada. Aí é um estupro que mistura afeto e posse. É uma ideia de uma extensão da posse que o pai e o marido têm sobre as mulheres. Há na nossa pesquisa, um caso que apareceu em jornais, de um homem que tinha relações com as suas enteadas. Ele dizia que fazia isso porque a mulher dele não era mais “capaz” de fazer sexo com ele, então, se ela não tinha, as filhas “tinham” que ter.

Como combater a cultura do estupro? O aumento de penas resolve o problema?

Eu não sou favorável ao aumento da pena. É preciso que haja punição, sim, mas quanto maior a pena para o crime, mais os juízes e promotores tendem a aderir à ideia de que não foi um estupro. Essas são as conclusões derivadas da pesquisa que realizo atualmente. A grande questão é o que fazer com esses homens na prisão, para que isso não se repita, e que tipo de fiscalização existe para que ele não saia em uma condicional

sem acompanhamento. Os juízes e os promotores têm que ser mais atentos, porque eles tendem ainda a pensar que, se o denunciado é alguém conhecido da vítima, e se ela estava envolvida inicialmente, então, houve consentimento, como se ela não tivesse direito de dizer não a qualquer momento. Como no caso de uma mulher que tem um namorado e ele a chama para ir a um motel. Ela diz não, mas ele diz “ah, vamos lá, mas só para conversar”. Se depois ela diz “eu fui estuprada”, o juiz diz, “não, não foi estupro, porque você entrou no motel”. Na verdade, a ideia do consentimento é que você pode desistir a qualquer hora. Mas, se há um namoro [o juiz ou o promotor podem entender que] não tem estupro. Ou que a continuidade do processo é “difícil de provar” e que pode provocar sofrimento à vítima. Mesmo com toda a nossa cultura, denunciar um namorado que a estuprou... Apesar de haver a Lei Maria da Penha, no Brasil de um modo geral não se ouve o que a mulher diz. É tão difícil denunciar. É preciso que sejam levadas adiante essas denúncias. A mulher só denuncia quando está absolutamente certa de que foi estupro, pois na nossa cultura, é a ela que se atribui a vergonha. Mesmo quando o denunciado é desconhecido da mulher, em geral há a tendência de delegados, promotores e juízes muitas vezes entenderem que a mulher provocou ou seduziu, quer pelas roupas, quer por estar em espaços noturnos ou isolados.

E o que pode ser feito?

Existe algo que pode ser feito no interior das próprias famílias. Os principais lugares de formação e educação que nós temos no Brasil, por um lado são as relações familiares, e por outro a formação escolar. Nas famílias, especialmente nas classes populares — em comunidades com mando do tráfico ou das milícias — o valor da virilidade às vezes é levado a qualquer custo. Nas classes mais altas, você também tem uma transmissão de valores masculinos em que a sensibilidade de um homem é vista como “negativa”, feminilizada. Então a virilidade é ensinada “contra” as mulheres. Controlar as mulheres e desafiar os outros homens. Essa é a virilidade ensinada. A grande novidade é que nós já temos a ideia da igualdade, de que homens e mulheres podem ter sensibilidade e serem respeitosos, que é possível o cuidado tanto dos homens para as mulheres quanto das mulheres para os homens. A cultura da sensibilidade, do respeito e da cidadania. Essa cultura arcaica de que os homens devem controlar as mulheres e responder a qualquer desafio dos outros homens por meio da violência física e verbal tem que terminar, tem que ser enfrentada. Isso implica uma formação psicológica.

Como pensar esta questão em termos de política social?

A política educacional pode dialogar com a cultura familiar e fazer uma crítica à cultura do estupro. Porque ao falar contra a discriminação de gênero, vamos falar que homens e mulheres podem respeitar o outro. O estupro é o desrespeito absoluto. Todas as campanhas contra a discriminação de gênero que vinham sendo feitas estão sob, digamos, interdição do Congresso Nacional. Porque no Plano Nacional de Educação, enviado pelo Executivo então vigente, estava registrada a necessidade de lutar contra a discriminação de gênero, sexual, racial e religiosa. Mas o Congresso retirou a discriminação de gênero do texto. Considero a retirada da palavra gênero do Plano Nacional de Educação inconstitucional, já que a Constituição diz que não pode haver discriminação sexual. Como sexo e gênero estão interrelacionados, não poderia ter sido tirada a palavra gênero. Isso depende de uma interpretação jurídica, é claro, mas em termos sociais é um desastre. As políticas públicas educacionais precisam expandir com urgência a ideia de cidadania com igualdade de sexo e de gênero: sem discriminação, sem violência e sem estupro. (E.B.)

UM PEIXE CONTRA A DENGUE

A cidade que erradicou o mosquito com métodos naturais e hoje é referência em controle vetorial

Luiz Felipe Stevanim


PARTE I: PEDRA BRANCA, A CIDADE QUE VENCEU O *AEDES*

Elas não carregam mais venenos dentro de suas bolsas. Aquele exército de homens de uniforme bege, todos com um embornal a tiracolo, um boné e o rosto queimado de sol, passou a usar uma nova arma contra o mosquito transmissor da dengue: ao invés de larvicida, os agentes de combate a endemias levam consigo uma garrafinha com um peixe de pouco mais de dois centímetros, conhecido na linguagem popular como piaba rabo de fogo ou simplesmente piabinha. É com vida, e não com morte, que a cidade de Pedra Branca venceu o *Aedes aegypti*: o município, no interior do estado do Ceará, há dez anos não registra um caso de dengue transmitido dentro de seu próprio território.

Com a ajuda de um espelho na palma da mão, o agente lleudo Luís faz uso de um recurso natural abundante naquela terra: a luz do sol. Refletida no espelho, a luz permite que ele vasculhe a cisterna de uma casa para conferir se os peixes ainda estão lá. É uma técnica simples, mas que mostra como Pedra Branca aprendeu a usar as condições sociais e ambientais a seu favor no controle do mosquito. Com sua voz de locutor radiofônico, é Donizete Alves, coordenador de endemias do município, um dos personagens principais dessa iniciativa pioneira, que sintetiza numa frase o sucesso da experiência que levou Radis ao sertão cearense: “Quando o Brasil todo ficou assustado com a chegada da zika e da chikungunya, uma cidade pequena no sertão cearense já estava prevenida”, aponta.

“Dá licença, minha senhora” — a equipe de agentes pede para adentrar mais uma casa. lleudo verifica se não há furos nas telas que recobrem os tambores de água da residência de Antonia Honorato de Souza. Acostumada à falta de água na região, em razão da seca e das dificuldades de abastecimento, a população considera o líquido um recurso valioso e tem o costume de armazená-lo em casa, em tambores, cisternas, baldes, potes, tanques e todo tipo de recipiente. A solução deu ao *Aedes* o criadouro perfeito para procriar suas larvas: água limpa e parada. Não por acaso, até o início de junho, o Ceará já havia registrado 49.542 casos de dengue, com 33 possíveis mortes relacionadas, ainda em investigação.

Por isso, Pedra Branca investiu em uma estratégia de controle que começa por onde o mosquito nasce: “Nós não deixamos o mosquito criar asas, já debelamos os focos quando ainda são larvas”, conta Donizete. Os tambores de Dona Antonia estão todos vedados com telas verdes que impedem que o inseto alcance o interior e deposite seus ovos. A moradora conta que usa a água armazenada para lavar roupa e, nos meses de maior escassez, também para o consumo da família. Na cisterna, estão os peixinhos que lleudo localiza com a ajuda do espelho de luz. “A



gente faz o que eles ensinam”, comenta a moradora, em relação ao trabalho dos agentes de combate a endemias (ACE) e agentes comunitários de saúde (ACS). A visita é encerrada com a cajuína e o bolo que dona Antonia oferece aos agentes e à equipe de *Radis*, em sinal de hospitalidade.

Com orgulho, Donizete explica que não foi uma solução mágica que fez que Pedra Branca, uma cidade de pouco mais de 42 mil habitantes, não tivesse um caso de dengue autóctone (transmitida em seu território) nos últimos 10 anos, com o índice de infestação predial (que mede a presença do *Aedes*) próximo a zero por um período de 14 anos. A iniciativa reúne uma série de esforços ambientais, sociais e políticos que envolvem a população, o poder público e os profissionais de diversas áreas. “Pedra Branca é um município que não trabalha com o químico, somente com o biológico, com o controle dos criadouros, com o monitoramento ambiental, com a participação social, com o trabalho educativo nas escolas, associações e creches, com o apoio da prefeitura e da secretaria municipal de saúde e com a participação da nossa população que interage, juntamente com os ACS, para que esse mosquito venha a ser verdadeiramente debelado”, sintetiza.

MENINAS DOS OLHOS

Lá estão eles, nos fundos do hospital municipal de Pedra Branca, guardados como as “meninas dos olhos” de uma experiência de sucesso. Os peixes, que se alimentam das larvas do mosquito transmissor de dengue, zika e chikungunya, são criados em tanques de água e distribuídos para as cerca de 12 mil residências e outros tipos de construções do município. Por dia, saem dali por volta de 300 peixes, pelas mãos dos agentes de combate a endemias, que levam, de casa em casa, o principal instrumento de controle biológico ao

Aedes. “É um trabalho simples e custa muito pouco. É simplesmente uma piaba que a gente pega no açude, traz para os tanques e faz uma quarentena para que ela seja adaptada à água com cloro”, conta Donizete.

O método desenvolvido na cidade se baseia em uma tecnologia social bastante conhecida pelos sertanejos: a presença dos pequenos peixes em cisternas e outros reservatórios de água. A secretária de saúde da cidade, Ana Paula Albuquerque, conta que quando criança convivia com os “peixinhos” no tanque de água de sua casa. Mas a implantação do método para a erradicação da dengue, há 15 anos, só foi possível com o apoio da comunidade. “A população vem buscar o peixe e não se opõe ao telamento das caixas d’água”, ressalta. Como Donizete explica, são poucos peixes por caixa d’água (cerca de dois ou três); e não há recomendação para que sejam alimentados: quando não há larvas, eles se alimentam da própria matéria orgânica do depósito de água.

Natalice Fernandes chega com seu filho Pedro Henrique, de oito anos, em busca do “peixinho”. Ela conta que há um mês foi encontrado um foco de larvas do mosquito em sua residência. Desde então, redobrou os cuidados, por recomendação dos ACE. “Orientada pelos agentes, eu comecei a prevenir antes de acontecer, lavando a caixa e colocando o peixe”, relata. Quando um criadouro é descoberto, os agentes fazem o que chamam de “delimitação de foco”: verificam todo o quarteirão e retornam a cada sete dias, por três vezes consecutivas, para garantir a quebra do ciclo biológico do mosquito. “A gente cerca o mosquito de todos os lados”, brinca Anataliel Teixeira, outro agente de combate a endemias, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

SOLUÇÃO AMBIENTAL

Houve um tempo em que ainda existia dengue em Pedra Branca — e pior: ela matava. Foi há 15 anos, quando ocorreu o despertar do município para a necessidade de métodos mais eficazes no controle da doença, após um surto que contabilizou 236 casos e uma morte. Na época, o índice de infestação predial na cidade extrapolava os 12% — em contrapartida, há pelo menos um ano, ele não ultrapassa a marca de 0,2%. Foi quando o município percebeu que o combate químico ao mosquito, pelo uso de larvicidas, não estava gerando os resultados esperados.

Para Ana Paula Albuquerque, existe o mito de que basta o fumacê para resolver o problema das arboviroses, como dengue, zika e chikungunya: “As pessoas acham que passou o larvicida e o mosquito morreu”, analisa. “O que falta dos gestores em saúde é ter decisão para não usar o veneno: municípios com uso de larvicida continuam com índice de infestação alto”, critica. Segundo a secretária de saúde da cidade, embora as pessoas comuns não saibam dos riscos do método químico para a saúde, os profissionais e os gestores não podem “fechar os olhos” e ignorar que os larvicidas prejudicam a qualidade de vida da população e trazem mais malefícios do que benefícios.

Nascido em Pedra Branca, Donizete Alves se orgulha da experiência da cidade: “É um trabalho simples e custa muito pouco”.



FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

A crítica ao modelo mais conhecido de combate ao mosquito, preconizado pelo Ministério da Saúde, também é feita pelo diretor da Fiocruz Ceará, Fernando Carneiro, que conheceu de perto a experiência de Pedra Branca. “O veneno tenta matar a forma alada do mosquito, mas este encontra formas inteligentes de sobreviver”, reflete. Ele acrescenta ainda que ver uma nuvem de fumacê parece ser efetivo para a sociedade, mas na prática os resultados não são satisfatórios. “Por mais que se tenham trocado as gestões municipais, Pedra Branca deu continuidade a uma estratégia de controle do *Aedes* que não segue os padrões do Ministério da Saúde”, aponta.

Com 30 anos de profissão como ACE, Donizete conta que é dos tempos da antiga Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), responsável por campanhas de erradicação de grandes epidemias com base no uso de fumacê.



No lugar de veneno, uma garrafinha de peixe: a equipe de agentes de combate a endemias (ACE) de Pedra Branca substituiu o combate químico pelo biológico.

Ele relata que a tradição sempre foi colocar larvicida na água potável: para uma caixa de mil litros de água, 100 gramas de veneno. Segundo ele, mudar essa realidade em seu município de origem exigiu esforços da prefeitura, dos profissionais de saúde e da população. “Substituímos uma cultura arcaica, do descuido, pela cultura do cuidado, em que hoje a população se sente parte de uma estratégia de saúde”, considera.

AGENTE PRESENTE

Falar com a comunidade é com elas mesmo. De porta em porta, as agentes comunitárias de saúde (ACS) Espedita Lima e Celma Moraes fazem parte de um esforço integrado para manter a população pedrabranquense engajada no enfrentamento da dengue e de outras doenças. Como fazem questão de dizer, são elas que estão na “ponta” e que se comunicam diretamente com os moradores. “Nós conscientizamos a população de que cada um é

responsável por tudo o que acontece na vizinhança”, comenta Espedita, mais conhecida como leda, ao apontar que o esforço individual é complementar a uma ação continuada do poder público.

Se os ACE são responsáveis pela distribuição dos peixes, pelo telamento das caixas d’água e pelo monitoramento de cisternas e grandes reservatórios, são as ACS, na maioria mulheres, aquelas que convencem a população a se precaver em relação à água parada em recipientes de pequeno porte, como baldes e outras vasilhas. “Vamos de casa em casa, olhamos os recipientes que os moradores têm no quintal e, se houver algo errado, pedimos que a água seja utilizada para lavar roupa ou descartada”, descreve. Nesse caso, a vasilha deve ser lavada com hipoclorito e escova, para impedir possíveis resíduos de ovos ou larvas do mosquito. Também recomendam que esses pequenos depósitos de água — muito comuns entre os moradores mais pobres e de áreas mais afastadas — sejam sempre cobertos.



Illeudo Luis (acima) e outros ACE distribuem o peixe nas caixas d'água e cisternas; Pescadas em açudes da região, as piabinhas passam por um período de adaptação à água com cloro em tanques de piscicultura

Para Celma, as agentes de saúde são como os “olhos da equipe”, mas devem trabalhar em conjunto com os profissionais da área de endemias. “A gente vai dentro da casa da pessoa, vê os riscos e orienta na limpeza”, conta. Outra iniciativa de Pedra Branca é a atenção ao lixo e outros resíduos sólidos, nos terrenos abandonados e quintais, que também recebe atenção de ACS e ACE, que contam com a colaboração dos moradores. “O nosso aliado é a população”, considera Donizete. “Hoje as pessoas estão mais conscientes, por causa desse trabalho de porta em porta”, afirma Espedita. Além de informações sobre cuidados em relação ao *Aedes*, os agentes orientam sobre outras doenças, com atenção prioritária a gestantes, crianças, idosos, pessoas com diabetes e hipertensão e os mais vulneráveis.

SABEDORIA MATUTA

O sol — símbolo da região — não é problema para que os agentes de endemias percorram as ruas da cidade, de casa em casa, para distribuir as piabinhas. Em Pedra Branca, o principal meio de transporte é a moto: são 8.342 motocicletas e pelo menos mais mil motonetas, segundo dados do IBGE de 2015. Mas os ACE fazem a maior parte do percurso a pé, protegidos por um boné — exceto quando

a área atendida é mais afastada. Os resultados desse esforço são percebidos pela população: “Para falar a verdade eu nem conheço esse mosquito, nunca nem vi. Antes dele voar, a equipe já acabou com ele”, brinca Aureliano Moreira, de 59 anos.

A cada empecilho ao trabalho, a equipe de Pedra Branca encontrou soluções inteligentes oferecidas pelas próprias condições sociais e ambientais da região. Uma das preocupações era como fazer a piaba se adaptar à água com cloro utilizada para consumo humano. Para isso, após a pesca em açudes da região, o pequeno animal é mantido em quarentena em tanques da unidade de piscicultura até que esteja adaptado para ser distribuído nas casas. “O processo de tratamento da água é fundamental, pois com muito cloro o peixe não sobrevive”, conta Donizete. Também foi preciso instalar ralos especiais para evitar a descida pelo cano.

Além do trabalho de peixamento, a cidade utiliza outras alternativas para combater os focos de *Aedes*, como a realização de visitas domiciliares mais recorrentes pelos agentes de combate a endemias: são feitas pelo menos 11 visitas anuais pelos ACE, o que corresponde a aproximadamente uma por mês, quase o dobro do que é recomendado. Também são usadas cerca de 150 armadilhas artesanais espalhadas pela cidade, conhecidas como ovitrampas, para coleta de ovos do mosquito e análise no laboratório municipal. Até a presença desse recurso é algo raro na região. “Quando não existe esse laboratório, como na maioria das cidades, as amostras de larvas são enviadas para uma regional e o resultado demora cerca de oito dias”, explica Donizete. Nesse tempo, como ele diz, “o mosquito já criou asas e voou”.

Para o prefeito da cidade, Pedro Vieira Filho, conhecido como Pedro Paraibano, a experiência de Pedra Branca soube utilizar a “sabedoria matuta” da região e conta com a adesão dos profissionais e da população. “Quando os profissionais pedem



As ACS Espedita Lima e Celma Moraes orientam a população sobre cuidados simples com a dengue e outras doenças.

pra entrar na casa das pessoas, elas abrem e tratam com o maior carinho”, pontua. Para ele, substituir os larvicidas por um método natural foi uma opção política mantida por diferentes gestões por quinze anos. “Não adianta usar um método que pode trazer risco à população”, afirma. “Ao invés do larvicida, andamos com uma garrafinha de peixe e o município só ganhou”, avalia outro ACE, Francisco Alber, que acompanhou a transição do método químico para o biológico. Segundo ele, a piaba pode sobreviver até quatro anos dentro do reservatório. “São quatro anos sem foco, quatro anos sem larvicida, sem química”, atesta.

PARTE II: O DESAFIO DE TAUÁ

A cerca de 100 quilômetros de Pedra Branca, no sertão dos Inhamuns, região de clima semiárido do Ceará, o município de Tauá foi buscar na cidade vizinha a solução que parecia longe de sua realidade. A cidade, que tem uma ampla rede de atenção básica e especializada — com 19 unidades básicas de saúde, 25 estratégias de saúde da família, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e um hospital público — ainda não conseguiu superar as epidemias de dengue, constantes a pelo menos 15 anos. Somente em 2016, até o início de junho, foram mais de 2 mil e 500 casos, 1200 confirmados, em uma população de cerca de 57 mil habitantes. Quando *Radis* esteve em Tauá, no fim de abril, auge da epidemia desse ano, o índice de infestação predial (IIP) estava em 9,32%, o sexto maior do estado.

Não há repelente que resolva. Tanto a prefeitura da cidade quanto profissionais de diferentes áreas, como saúde e educação, têm trabalhado no enfrentamento do mosquito, ainda sem o sucesso esperado. Por isso a prefeitura, em parceria com a Fiocruz Ceará, decidiu conhecer a experiência de Pedra Branca no controle biológico do *Aedes aegypti*. “Não é apenas trocar o larvicida, usar ou

deixar de usar o fumacê, mas é preciso mudar os processos de trabalho arraigados há pelo menos 15 anos”, conta a psicóloga Idalice Barbosa, encarregada pela secretaria de saúde do município de implantar em Tauá o modelo de controle da dengue utilizado em Pedra Branca.

O uso de larvicidas não tem dado resultado, apontam Idalice e Fabiano Torquato, supervisor de endemias ouvido por *Radis*. “A dengue é uma doença que nos convida a mudar a nossa forma de olhar o ambiente”, afirma a psicóloga. A proposta é fazer a substituição gradativa do controle químico pelo biológico, incluindo a formação e qualificação dos agentes de combate a endemias. “Ano após ano, epidemia sobre epidemia, a gente precisa mudar essa condução, por isso pretendemos reduzir o uso de larvicida, que, segundo relato do próprio estado, aqui no município chega a ser abusivo”, conta a secretária municipal de Saúde, Ademária Temoteo.

Em busca de soluções ambientais para a dengue, inspiradas na experiência de Pedra Branca, a cidade montou um comitê intersetorial, com a participação de diferentes áreas, como saúde, educação, meio ambiente e infraestrutura. Para Idalice, um dos desafios é superar a cultura profissional de que “só o veneno resolve”. “Os agentes de endemias são treinados para ver o imóvel e não a pessoa que mora nele, por isso precisam desenvolver um diálogo com o dono da casa, para engajá-lo na adoção do método do peixe”, conta. Ainda segundo ela, os agentes comunitários de saúde podem ajudar a melhorar essa relação dos ACE com a comunidade, geralmente vistos como os “fiscais da dengue”.

SANEAMENTO É ESSENCIAL

“Casa de cearense tem muitos recipientes de água”. A frase de Idalice não é um exagero. A necessidade gera soluções improvisadas. Genilson Jairo, que mora num bairro de Tauá com dificuldades no abastecimento, conta que a falta de água é frequente. “Minha casa já passou 44 dias sem água, por isso temos que manter vários reservatórios para suprir o abastecimento”, relata. Fabiano Torquato, agente de endemias que trabalha no bairro de Colibris, uma área mais pobre da cidade, expõe que a população costuma armazenar água em reservatórios de pequeno porte, como tambores e baldes. Criadouro perfeito para o *Aedes*.

“Com a urbanização desordenada, as pessoas começaram a acumular água também de modo inadequado”, analisa Fabiano. Segundo ele, o desafio maior da cidade para o controle do transmissor de dengue, zika e chikungunya é a frequência de água nos reservatórios, que não é constante. Os bairros com maior infestação do mosquito são os da periferia, em áreas mais distantes, com ausência de saneamento e problemas no abastecimento de água, aponta também a secretária municipal de saúde. “Como a gente não pode condenar o hábito de armazenar água, dada a nossa condição de escassez, orientamos que ela seja armazenada de maneira adequada, em recipientes cobertos”, recomenda Ademária. Segundo ela, a regularização da distribuição de

água ajudaria a resolver esse problema.

Problemas no abastecimento são constantes na cidade, como *Radis* constatou ao ouvir relatos de moradores e autoridades. Diferente de Pedra Branca, que recebe água do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sobral (SAAE), essa atividade em Tauá é de responsabilidade da Cagece (Companhia de Água e Esgoto do Ceará), empresa estadual que atua em 151 municípios. O órgão afirmou em nota que a cobertura de abastecimento de água em Tauá é de 99,29%, enquanto o tratamento de esgoto abrange pouco mais de 20% do município. Em março, a companhia participou de uma audiência pública em que foi discutido o problema do saneamento básico e da distribuição de água na cidade. A Cagece também alegou que o suprimento em Tauá tem sido realizado com baixa vazão porque a disponibilidade de água em um dos açudes que atende a cidade (Arneiroz II) não tem sido suficiente. A empresa declarou que tem realizado esforços para garantir que nenhuma cidade atendida fique desabastecida, apesar do momento de escassez hídrica no estado.

RESPONSABILIDADE DE TODOS

Em busca dos focos de *Aedes*, Fabiano conta que não adianta culpar apenas os moradores: segundo ele, os agentes de combate a endemias também encontram criadouros do mosquito em prédios públicos, como escolas e policlínicas. “Mudar a mentalidade das pessoas é uma grande dificuldade, porque a dengue já foi banalizada”, comenta. Naquela manhã de uma quarta-feira de abril, ele havia participado de uma atividade educativa em uma escola de ensino fundamental, como parte das atividades do programa Saúde nas Escolas. O tema da semana da saúde deste ano, recomendado pelo próprio Ministério, que acontece no mês de abril em escolas de todo o Brasil, era o combate ao *Aedes*.

“O assunto da dengue é trabalhado de modo transversal no currículo escolar”, conta a superintendente de ensino da cidade, Cláudia Machado, ao apontar que os alunos são chamados a participar da mobilização social contra a doença e atuarem em atividades educativas, que incluem a procura de focos do mosquito no entorno da escola, em parceria com os ACE. Mas ainda assim a educadora considera intrigante porque os índices de dengue no município continuam altos. Na visão da secretária de saúde, soluções efetivas só vão acontecer com ações integradas. “Dada a complexidade do assunto, não dá para a gente só ter uma estratégia”, considera.

A adoção do método biológico, inspirado em Pedra Branca, requer que a cidade faça algumas adaptações. Uma delas é em relação ao nível de cloro presente na água — como o tratamento é feito pela Cagece, diferente do que ocorre no município vizinho, os índices da substância na água são mais altos. “Em muitos bairros, o nível de cloro está acima daquele em que a piaba consegue sobreviver”, aponta Fabiano. “Para a gente confiar no controle biológico, precisamos também de um controle estrutural, com abastecimento de água mais contínuo, e resolver a questão do cloro”, destaca Idalice.

Outro desafio, de acordo com ela, é integrar o trabalho dos ACE com os agentes comunitários de saúde. “Até então os territórios eram separados: os



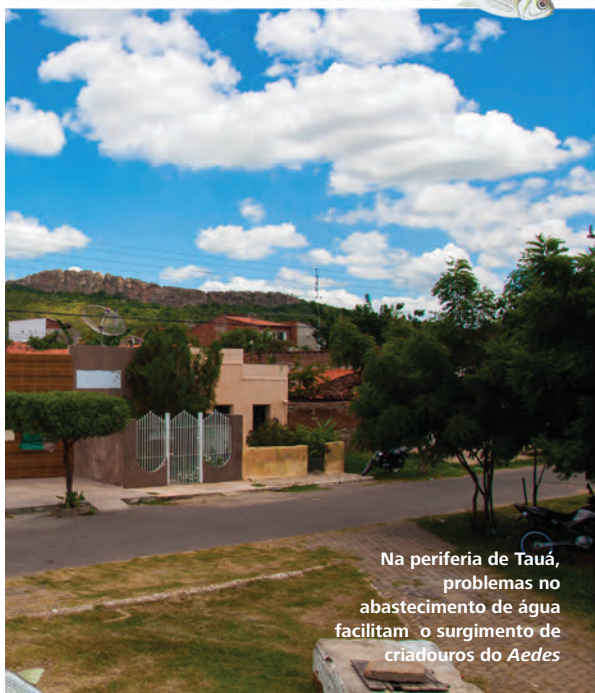
agentes de endemias trabalhavam com os prédios e os ACS com as pessoas, mas houve uma mudança nessa lógica”, explica, ao destacar que o ACE foi integrado à equipe de saúde. Também para Ademária o controle de doenças como a dengue precisa de uma visão ampliada da saúde. “As equipes de saúde devem entender que não vão trabalhar somente com saúde, mas se articular para promover qualidade de vida”, pontua.

PARTE III: PEDAGOGIA DO EXEMPLO

A experiência de uma cidade pequena no sertão cearense mostrou que soluções efetivas para as doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* não vêm num passe de mágica. Na visão de pesquisadores que conheceram o conjunto de iniciativas, como o diretor da Fiocruz Ceará, Fernando Carneiro, Pedra Branca coloca na ordem do dia a necessidade de pensar as relações dessas doenças com as condições sociais e ambientais. “A questão ambiental é central no controle ao *Aedes* e o tema do saneamento sempre fica adiado”, considera.

Para Fernando, Pedra Branca usa o que chamou de “pedagogia do exemplo”: “como um município pobre, com muitas condições precárias, num lugar com pouco acesso à água, conseguiu superar o problema da dengue”. Em artigo publicado na revista “Visa em Debate” (maio de 2016), ele e outros pesquisadores apontam que a experiência da cidade coloca em prática os princípios do SUS, principalmente a participação social, ao vivenciar uma ação conjunta que envolve a população, os trabalhadores de saúde e o poder público.

As estratégias de combate químico, com o uso de larvicida, são o caminho mais fácil, mas não o mais eficaz, aponta. “O veneno é a pior das escolhas. Quando o município usa o fumacê, ele está mostrando um atestado de incompetência”, ressalta. De acordo com o pesquisador, a água é um direito humano e não um lugar para se colocar veneno.



Na periferia de Tauá, problemas no abastecimento de água facilitam o surgimento de criadouros do *Aedes*

Ele também aponta que as ações preconizadas pelo Ministério da Saúde concentram-se apenas em atuar no momento em que ocorre a falência de medidas preventivas e reduzem-se a usar fumacê e hidratar as pessoas para evitar a evolução da doença para casos graves. “Pedra Branca mostra que se a gente atuar antes é mais barato e mais efetivo”, destaca.

GUERRA AO MOSQUITO

A batalha contra o mosquito já está perdida porque adota estratégias equivocadas, como *Radis* mostrou na edição 161. É o que também defende o engenheiro e especialista em saneamento, André Monteiro, pesquisador do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco). “A declaração de guerra ao mosquito e a culpabilização das pessoas é um discurso que busca tirar a responsabilidade dos gestores sobre o que determina a ocorrência dessa epidemia”, constata. Segundo ele, é preciso compreender os diversos processos sociais que contribuem para a ocorrência de dengue, em que contam fatores como condições precárias de habitação, urbanização e infraestrutura urbana.

“Há um processo histórico de concentração de renda e desigualdades extremas que se expressa em condições materiais de vida que propiciam a proliferação do *Aedes*”, avalia. Ele cita o exemplo de Pernambuco, onde 77% das famílias que foram afetadas pela microcefalia associada à zika congênita estão em situação de pobreza extrema, assim como 97% das crianças com essa alteração nasceram em hospitais do SUS. “Os grupos sociais mais afetados são os mais pobres, que vivem em situações vulneráveis de moradia e com acesso precário aos serviços públicos”.

O saneamento é uma questão negligenciada porque afeta sobretudo os mais pobres, acrescenta. “As pessoas estão nesses espaços porque isto é tudo que lhes restou”, pontua André. Problemas

no abastecimento de água, como ocorre em Tauá e outras cidade do Norte e Nordeste, geram consequências na transmissão de doenças e na qualidade de vida das pessoas. “Essas casas não têm um sistema de água seguro do ponto de vista sanitário, tanto para a questão de contaminação quanto para evitar os criadouros de mosquito”. Ele considera que esse fator se soma a outros como a precariedade da habitação e de seu entorno, com a presença de terrenos baldios e acúmulo de lixo, e ausência de ações do poder público de prevenção e promoção à saúde.

“MERCADO DA EPIDEMIA”

“A lógica de combater o mosquito com veneno não busca resolver o problema, mas apropriar recursos da saúde”, afirma ainda André. Ele e Fernando Carneiro citam a nota técnica da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), de fevereiro deste ano (*Radis* 161), que condena o uso de larvicidas. Segundo ele, a utilização desses produtos ampliou o que chama de “mercado das epidemias”, que tem interesses claros das empresas com relação à pesquisa científica. Ele considera que existe uma histórica convivência de organismos como a Organização Mundial da Saúde (OMS) em apoiar esse tipo de método, por pressão dos fabricantes. “Jogar veneno na água para consumo humano é um absurdo completo, pois rompe inclusive com os padrões de potabilidade [que garantem que a água seja potável]”, e completa: “Pedra Branca encontrou numa escala local uma forma de resolver o problema com métodos simples”, considera.

Na visão do pesquisador, enfrentar as doenças transmitidas pelo *Aedes* requer um “olhar ambiental” que envolva ações de saneamento e melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Já para Fernando Carneiro, as soluções não dependem só da área da saúde e devem considerar a população como “sujeito ativo”. “A população pode ajudar a transformar sua realidade, não é um mero depósito de informações, que o poder público chega, entrega um panfleto e acha que isso vai mudar os seus hábitos”, avalia.

O sol já vai alto, às três e meia da tarde. O grupo de agentes de combate a endemias, formado por Alber, Anataliel, Donizete e Ileudo, despede-se da equipe de *Radis* com o ensinamento de que o controle do *Aedes* só é possível com o trabalho de todo dia. “Enfrentar a dengue não é uma tarefa apenas da secretaria de saúde, mas necessita de um esforço em cadeia, com várias frentes de ação”, acredita Donizete Alves. Compromisso da população, dos ACS e ACE e do poder público são ingredientes fundamentais para que essa política se torne uma ação continuada, completa.

Em sua moto, ele parte para mais um compromisso: vai se dirigir à população pedrabranquense para falar dos cuidados simples em relação à dengue. Dessa vez não é de porta em porta, mas em uma das rádios da cidade. Donizete participa toda semana de programas de rádio em Pedra Branca e no distrito de Mineirolândia, a cerca de 16 quilômetros. Como inspiração, leva consigo a história da cidade que conseguiu juntar as peças do quebra-cabeça para vencer a dengue, unindo atitude individual com esforço coletivo.

ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
DIREITO ORIGINÁRIO NÃO ADMITE MARCO TEMPORAL

NENHUM DIREITO A MENOS

MOBILIZAÇÃO REÚNE MIL INDÍGENAS,
EM BRASÍLIA, CONTRA RETROCESSOS
E CRIMINALIZAÇÃO DE LIDERANÇAS





Adriano De Lavor

O clima era de tensão em Brasília. Naquela semana, a cidade e o noticiário se concentravam na votação que definiria a aceitação do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff no Senado Federal. Ao mesmo tempo, um grupo de mil índios, vindos de todo o país, ocupava o vasto gramado do Eixo Monumental, uma das principais vias de circulação da capital, onde se localiza o Memorial dos Povos Indígenas. A pouco mais de cinco quilômetros de distância do Congresso Nacional, onde aconteceu a votação, eles estavam reunidos para a 12ª edição do Acampamento Terra Livre, promovida pela Articulação de Povos Indígenas do Brasil (Apib) entre 10 e 13 de junho.

Na pauta do encontro — que anualmente é realizado pelo movimento indígena no mês de abril, mas que em 2016 foi adiado para não coincidir com a votação do impeachment na Câmara — seus líderes reivindicavam do Estado e da sociedade brasileira o respeito aos direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição Federal e se manifestavam preocupados “com ataques, ameaças e retrocessos orquestrados contra esses direitos” por representantes do poder econômico, como registraram em manifesto, divulgado no dia 12 de maio.

Ao fim do acampamento, os indígenas divulgaram uma carta aberta ao governo interino de Michel Temer, onde afirmaram que não vão admitir nenhum retrocesso em seus direitos, reivindicando esclarecimentos sobre mudanças na estrutura da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), e fizeram duras críticas à base aliada, “movida por visões e atitudes marcadamente racistas, preconceituosas e discriminatórias, e sobretudo pela sua vontade de invadir e explorar os nossos territórios”, disseram no documento, publicado no dia 20 de junho.

argumentaram no manifesto divulgado pela Apib, dia 12. No acampamento, o tom geral dos discursos era de “defesa da democracia” e também de temor diante das ameaças associadas à gestão de Michel Temer e ao programa de governo proposto pelo PMDB, entre elas a defesa que seus partidários fazem da Proposta de Emenda Constitucional que transfere a tarefa de legislar sobre as terras indígenas do Executivo para o Legislativo (a PEC 215), da flexibilização do licenciamento ambiental e da mineração nos territórios tradicionais.

“Por que retroceder agora? Nós ajudamos a aprovar a Constituição. Cada retrocesso ameaça todo o povo brasileiro”, argumentou João Neves Galibi, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab). O cacique Darã, coordenador da Articulação



Diversas etnias foram a Brasília participar do Acampamento (página ao lado). O cacique Raoni Metuktire orientou os índios a permanecerem atentos aos ataques a direitos

CONTEXTO ADVERSO

No primeiro dia do ATL, Sonia Guajajara, presidente da Apib, marcou a posição dos acampados diante do contexto de incerteza, que classificou como “adverso” na entrevista coletiva que reuniu algumas das principais lideranças indígenas brasileiras. “A conjuntura do país não altera a nossa pauta. Entra presidente, sai presidente, mas a nossa demanda por respeito e por cumprimento de direitos continua prioritária. E a nossa pauta nunca foi prioridade em governo nenhum”, declarou Sonia, reafirmando a luta histórica de seus parentes pela garantia do direito à terra. Segundo ela, naquele momento pelo menos 300 territórios indígenas eram reivindicados no país; destes, 180 ainda precisavam ser identificados; 43 aguardavam a portaria declaratória e 62, a sua homologação. doze processos de demarcação estavam prontos, de acordo com Sonia, à espera de assinatura presidencial, e mais 10 à mesa do Ministro da Justiça. Na iminência do afastamento da presidenta Dilma, os índios reunidos ali manifestaram insatisfação com sua gestão, mas também preocupação diante da possibilidade de assumir um governo interino pouco sensível às questões indígenas. “Se nossos direitos foram sistematicamente atacados no governo que sai, com esse atual governo as ameaças e ataques podem aumentar”,

dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpin/Sudeste), denunciou assassinatos resultantes de disputa por terra e fez um apelo: “Presidenta Dilma, ainda dá tempo de demarcar nossas terras”.

GOLPE NOS DIREITOS

A conjuntura não se mostrava favorável às questões indígenas. Além da paralisação das demarcações, invasões de território, ameaças físicas a comunidades, os participantes do ATL também reclamavam do crescente movimento de criminalização das lideranças políticas, do sucateamento dos recursos para a Fundação Nacional do Índio (Funai) — que ao lado do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é alvo de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso Nacional — e da tese do “marco temporal”, advogada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), que contraria o direito originário às terras indígenas.

As reivindicações estavam expostas em faixas que foram fixadas na tenda central de encontros, onde nos dias seguintes se reuniram lideranças e autoridades e se apresentariam delegações de povos de todo o país. E também presentes nos discursos inflamados “em defesa





FOTOS: EDUARDO DE OLIVEIRA

Ailton Krenak e Sonia Guajajara: dois líderes, duas gerações e a mesma orientação: resistir às ameaças e não ceder às pressões dos setores contrários às causas indígenas

da vida e dos nossos direitos” que ecoariam por todo o acampamento. Difícil foi fugir do contexto de impeachment, ora comparando as ameaças à democracia aos ataques aos direitos indígenas, ora mostrando similaridades entre as estratégias coloniais de repressão e as que são repetidas hoje por setores ruralistas, empresariais e evangélicos contra os que defendem terras indígenas. “Quem vem levando golpe somos nós! Golpe é a PEC 215”, defendeu Sarapó Pankararu, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiame), na plenária de abertura.

Na mesma sessão, o professor Alberto Terena, integrante do Conselho Terena, no Mato Grosso do Sul, destacou a importância de os indígenas terem um representante no parlamento brasileiro. “Precisamos mostrar que aqui tem um povo que precisa ser respeitado. Temos capacidade para isso”, argumentou. “Não somos invisíveis! Estamos aqui para dizer não à violência e à discriminação”, complementou Nara Baré, representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Advogado do Instituto Socioambiental (Isa), Maurício Guetta alertou sobre a pressão exercida pela bancada ruralista no Congresso Nacional, no sentido de cancelar demarcações já realizadas pela gestão anterior, e também no Poder Judiciário. Ele lembrou que 144 terras indígenas que já são alvos de processos judiciais, graças à interpretação proposta pela tese do marco temporal, segundo a qual só seriam considerados territórios tradicionais indígenas aqueles demarcados até 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Isso significa dizer que, segundo esta interpretação, todas as terras demarcadas após esta data teriam de ser revistas.

“O Legislativo, no entanto, é o poder que mais nos preocupa”, advertiu Maurício, alertando que o movimento de criminalização da Funai, das organizações indigenistas e até dos próprios povos faz parte de “uma grande articulação para que os ruralistas aproveitem a PEC 215”, o que objetivamente significaria acabar definitivamente com as demarcações de terras, anular as que já foram feitas e permitir grandes empreendimentos nestes territórios. Segundo ele, a votação estaria marcada para acontecer ainda no segundo semestre de 2016. Outras ameaças no Congresso teriam como alvo o meio ambiente. Maurício lembrou que tramita no Senado o Projeto de Lei 654/2015, de

autoria do senador Romero Jucá (PMDB/RR) — nomeado ministro do Planejamento (11/6), ele foi exonerado 12 dias depois por envolvimento na operação Lava Jato — que acelera liberação de licenças ambientais para “obras estratégicas”, como hidrelétricas, portos e aeroportos. Na Câmara, há outros projetos de lei que contam com o apoio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que flexibiliza regras e também pressiona povos indígenas.

“Não podemos baixar a cabeça e entregar nossas terras de qualquer jeito”, conclamou Kretã Kaingang, denunciando a prospecção de empresas internacionais de terras indígenas para extração de xisto por meio de *fracking* (ou fraturamento hidráulico), método em que são injetados grandes quantidades de água e solventes químicos que, segundo seus críticos, contaminam o solo, desperdiçam água, causam pequenos terremotos e ainda são prejudiciais à saúde.

ATAQUES ÀS TERRAS

Já no dia 11 de maio os participantes do Acampamento Terra Livre advertiam para a tensão causada pela disputa de terras no Mato Grosso do Sul. “Há uma onda avassaladora de desterritorialização, resultante da diferença entre a ocupação dos povos indígenas e a propriedade privada de apropriação de território”, explicou Cleber Buzatto, secretário executivo do Conselho Missionário Indígena (Cimi), na mesa que discutia os territórios. Ele se referiu a ataques a grupos indígenas “puxados por grupos político-econômicos” interessados na invasão de terras, como os que são representados pela bancada ruralista e pela frente parlamentar agropecuária. Diante deste contexto, deixou uma provocação: “os indígenas aceitarão a perpetuação da colonização dos seus territórios?”

A depender da reação diante da presença de lideranças históricas como a do cacique Raoni Metuktire e Ailton Krenak, a orientação é permanecer na luta, como orientou Krenak, em discurso arrebatador. “Quando eu pintei meu rosto no Congresso [durante a Constituinte], era para mostrar a força do nosso espírito guerreiro. Essa é a nossa resistência!”, declarou, conclamando as novas gerações a lutarem para impedir que os políticos “distribuíam nossas terras entre eles como se fossem um baralho”.

No momento em que falava Krenak, um grupo de indígenas do povo Guarani e Kaiowá ainda ocupava


o prédio da Funai, também em Brasília, exigindo a publicação do relatório de identificação e delimitação da terra indígena Dourados-Amambai Peguá I, composta por mais de 13 territórios tradicionais, na região do município de Caarapó, no sul de Mato Grosso do Sul. Eles condicionavam sua saída do prédio à assinatura do relatório assinado, o que aconteceu na manhã do dia 12, no último ato de Pedro Gonçalves como presidente do órgão indigenista. *[Um mês depois, em 14 de junho, um ataque armado na região resultou no assassinato do agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu Rodrigues de Souza, de 23 anos, e feriu mais seis indígenas, entre eles uma criança de 12 anos, atingida com um tiro no abdômen. A relatora especial da ONU para os direitos indígenas, Victoria Tauli Corpuz, das Filipinas, repercutiu o ataque em discurso na 15ª Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre as questões indígena (UNPFII), três dias depois, quando criticou a extinção da Secretaria de Direitos Humanos e do Ministério da Cultura, apontou ocupação com o fato de interesses da elite brasileira serem beneficiados em detrimento dos direitos dos povos indígenas, e alertou para o risco de violências, violações de direitos e, inclusive, com efeitos etnocidas].*

Representante das etnias nordestinas à mesa, Neginho Truká, de Pernambuco, lembrou que diante da conjuntura, os participantes da 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista (em dezembro de 2015) haviam dito “não ao golpe”, o que o fazia discordar de qualquer aproximação do governo Temer. Truká salientou que nenhuma terra indígena havia sido demarcada na região Nordeste: “Vivemos sofrendo há 516 anos”. A fala mais aguardada daquela manhã, no entanto, era do presidente da Funai. João Pedro Gonçalves da Costa prometeu que assinaria e publicaria relatórios pendentes de identificação de terras. “A minha vontade é publicar todas as terras. Vamos correr para fazer as nomeações, publicações e portarias para garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas”, declarou, informando que naquele dia (11/5) havia sido publicada no Diário Oficial da União (DOU) a terra indígena Mato Castelhana, do povo Kaingangue, no Rio Grande do Sul.

À tarde, a coordenação do acampamento decidiu, após

consultar os participantes, cancelar sua participação na marcha organizada pelos movimentos sociais contrários ao impeachment (que seria votado à noite, no plenário do Senado), em direção ao Congresso Nacional. Eles preferiram se reunir com o então ministro da Justiça, Eugênio Aragão, que havia confirmado presença no ATL. Houve quem não concordasse com a mudança. Em torno do cacique Marquinhos Xukuru, um grupo de índios de Pernambuco, Ceará, Piauí e Alagoas rumou em direção à Esplanada dos Ministérios, para se juntar à manifestação. “Não defendemos A ou B, defendemos a democracia”, justificou Marquinhos. “Não podemos ser omissos com tudo isso que está acontecendo.

O ministro compareceu ao ATL e se comprometeu em assinar, naquela data, seis portarias declaratórias de terras indígenas. “É muito pouco, mas é o que podemos fazer”, disse à plateia, pedindo que continuassem em alerta: “Permaneçam mobilizados. O governo que pretende se instalar vai querer revisar portarias e decretos que assinamos”, recomendou, orientando ainda que ativistas levassem as questões indígenas aos foros transnacionais. “Vocês estavam aqui muito antes das fronteiras serem traçadas”, argumentou. No dia seguinte, o governo federal confirmou a oficialização de mais cinco portarias declaratórias e quatro relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas, importantes passos no processo de demarcação. Foram declaradas terras dos povos Avá-Canoeiro, em Tocantins; Munduruku e Munduruku-Taquara, no Pará; Guarani Mbya, no Rio Grande do Sul e Mural, no Amazonas; também foram publicados relatórios de identificação de territórios dos povos Guarani Mbya, no Paraná, e Pacurity e Peguaty, em São Paulo.

Naquele dia, o ATL foi encerrado com uma grande marcha em direção à Esplanada dos Ministérios e Praça dos Três Poderes, que reuniu cerca mil índios. Eles, mais uma vez, reafirmaram, nas ruas, a defesa dos seus direitos e se manifestaram contra qualquer retrocesso. “Vamos continuar na rua, mobilizados, fazendo resistência”, disse Sônia Guajajara. “Na semana passada, todos os processos estavam paralisados. Com a nossa vinda aqui, eles se sentiram pressionados”, avaliou a ativista, na cerimônia de encerramento do ATL, naquela mesma noite. 

No último dia do Acampamento, participantes organizaram uma marcha de protesto em direção à Praça dos Três Poderes



PUBLICAÇÕES

Combate às drogas

Em sua 8ª edição, o livro escrito pelo professor de Direito Salo de Carvalho, ***A Política Criminal de Drogas No Brasil - Estudo Criminológico e Dogmático*** (Editora Saraiva) trata da questão das drogas a partir de um diagnóstico das bases político-criminais que fundamentam o modelo repressivo nacional de combate às drogas, analisando os tipos penais e suas implicações. Realiza um debate sobre a descriminalização, apresentando a insustentabilidade jurídica da criminalização e alternativas concretas de experiências de redução de danos.



Zika e ACS

O segundo fascículo de 2016 da revista Científica ***Trabalho, Educação e Saúde*** (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio) traz uma reflexão sobre zika e formação de agentes de saúde, abordando os temas a partir de estudos que tratam das relações entre teoria e prática na formação de trabalhadores de saúde, os estereótipos de gênero na assistência ao homem, a pertinência do gênero na análise da organização das agentes comunitárias, a precarização da formação e do trabalho nas recentes reestruturações das vigilâncias em saúde, os desafios e os recursos para a adesão e participação dos usuários no tratamento e na promoção de saúde, entre outros. O fascículo pode ser acessado gratuitamente em www.revista.epsiv.fiocruz.br.



Comunicação popular



Organizado pela jornalista Claudia Santiago Gianotti, o livro ***Experiências em comunicação popular ontem e hoje: uma história de resistência nas favelas cariocas*** (Núcleo Piratininga de Comunicação) apresenta um mapeamento de diversas experiências e iniciativas em favelas de diversas áreas da cidade, entre elas Rocinha e Santa Marta, na zona sul, e Tijuca, Alemão e Maré, na zona norte. A

obra, escrita em linguagem acessível, intercala entrevistas e material de pesquisa, feita por diversos autores. O livro pode ser comprado em www.livrariagramsci.com.br.

Hepatite e hantavírus



Com o objetivo de ampliar o acesso à informação científica em saúde, principalmente em relação a doenças infecciosas e parasitárias, a 84ª edição do ***Boletim Eletrônico da Biblioteca de Manguinhos*** aborda hepatite e hantavírus, dando acesso a revistas científicas e artigos, ao acervo de inovação e propriedade intelectual, além de fontes de informação qualificadas selecionadas por profissionais de informação do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz). A edição pode ser acessada em <http://www.fiocruz.br/bibmang/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=142>.

EVENTOS

14º Congresso Latino-americano de Medicina Social e Saúde Coletiva

XIV Congreso Latinoamericano de Medicina Social y Salud Colectiva

II ENCUENTRO LATINOAMERICANO DE MOVIMIENTOS SOCIALES POR EL DERECHO A LA SALUD



O evento, que tem como tema “Radicalizar a democracia com o poder popular para a defesa da mãe terra e ao direito à saúde como boa vida”, será realizado pela Associação Latino-Americana de Medicina Social e Saúde Coletiva (Alames) e Associação Internacional de Políticas de Saúde. O congresso acontece ao mesmo tempo que o 19º Congresso Internacional de Políticas de Saúde e o 2º Encontro Latinoamericano de Movimentos Sociais pelo Direito à Saúde e receberá ensaios, investigações e resultados de pesquisas, além de relatos de experiências até o dia 31 de julho.

Data 24 a 29 de outubro

Local Assunção, Paraguai

Info <https://congresoalames.com/>

15º Congresso Mundial de Saúde Pública



A partir dos eixos “vozes”, “visão” e “ação”, o evento, que acontece a cada dois anos, tem como objetivo influenciar o compromisso de profissionais e cidadãos na mobilização de esforços em prol do fortalecimento da saúde pública, a partir de lições locais e regionais, em especial as que trabalham com gênero e discriminação e tomadas de decisão; também pretende discutir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a aplicação de estudos baseados em evidência em ações práticas, entre outros temas. Pesquisadores podem inscrever trabalhos até 26 de agosto.

Data 3 a 7 de abril de 2017

Local Melbourne, Austrália

Info www.wcph2017.com



Em Defesa do SUS e da **DEMOCRACIA***

Os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Brasil vêm expressar sua veemente posição de proteção e defesa dos princípios constitucionais que delinearão o Sistema Único de Saúde, uma conquista da população brasileira e resultado do movimento de reforma sanitária ensejado nos anos 1970, que deram origem à criação desses programas de pós-graduação. Nesse momento em que direitos e pautas sociais se veem ameaçados, assim como o próprio Estado Democrático de Direito, o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva expressa sua preocupação com a defesa da democracia, com o direito à saúde e com o direito à educação. Somos contrários à tentativa de reversão dos avanços conquistados nos últimos anos na educação pública em nosso país. Lutamos pelo aperfeiçoamento da pós-graduação e da produção de conhecimento no Brasil e reivindicamos a obrigação do Estado e sua responsabilidade em reconhecer e assegurar sustentabilidade à produção de saberes científico-tecnológicos no âmbito do ensino e pesquisa nas diversas áreas científicas, sem preconceito ou qualquer cerceamento ideológico. Para além da pesquisa e formação, repudiamos qualquer discriminação e todas as formas de violência aos grupos vulneráveis, mulheres, negros, indígenas e população LGBT. Defendemos a manutenção de recursos públicos à pesquisa científica, assim como o incentivo à iniciação e formação na docência por meio de bolsas acadêmicas em todos os níveis e programas de pós-graduação. Somos contrários à fusão das áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Comunicações em um Ministério. A primeira está embasada em critérios de mérito científico e tecnológico, com iniciativas formatadas e avaliadas por comissões técnicas com a participação da comunidade científica, enquanto a outra envolve

concessões de emissoras de rádio e televisão, empresas de correio, governança da internet, fiscalização de telefonia e TV paga, campos de atividade de natureza distinta. Nós que dedicamos nossa produção intelectual à formação de pesquisadores, docentes e profissionais de Saúde Coletiva não podemos aceitar o desmonte do Sistema Único de Saúde. Somos francamente favoráveis à manutenção do Programa Mais Médicos em todas as suas faces de interferência na expansão de cobertura da atenção básica, ampliação do acesso à educação e formação de profissionais em equipes de saúde e construção de laços interprofissionais na integralidade do cuidado; somos francamente favoráveis às políticas de gênero e diversidade sexual na composição do trabalho em saúde, em todas as ações intersetoriais com a saúde e na saúde escolar. Defendemos a expansão e qualificação da universidade pública com a máxima democratização do acesso, assim como a expansão dos programas de residência em saúde, uni e multiprofissionais, para o conjunto dos egressos da educação superior nessa área e sua radical manutenção como critério de credenciamento aos hospitais de ensino, assim como na efetiva construção de uma rede SUS-escola. Nós que lutamos historicamente pela saúde e democracia não podemos aceitar qualquer afronta ao Estado Democrático de Direito, assim como ensejamos o mais enfático combate à corrupção na política e na economia nacionais e nos posicionamos em defesa do Sistema Único de Saúde. Só existe SUS na democracia! Nenhum direito a menos! Lutamos por saúde, lutamos pela democracia!

Nota Pública do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, divulgada em 2/6/2016, em Florianópolis, SC. Disponível em <https://goo.gl/2qDFWE>



- O Brasil é o quinto país do mundo em número de assassinatos de mulheres por razões de gênero, o chamado feminicídio.
- Pelo menos 50 mil casos de estupro são registrados anualmente. O Ipea estima que este número pode chegar a 530 mil.
- Cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos no Brasil.
- O parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais 80% dos casos de violência reportados pelas mulheres.
- 54% dos brasileiros conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro.
- 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira.

FONTES: ONU MULHERES, IPEA E GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Garantir o **direito** e a **saúde**
das mulheres é defender a vida

RADIS #portodaselas
facebook.com/radiscomunicacaoesaude